



CADERNOS MUNICIPAIS DOS  
INDICADORES DE CIDADANIA

# ITABORAÍ



**CADERNOS MUNICIPAIS  
DOS INDICADORES  
DE CIDADANIA  
ITABORAÍ**

**CADERNOS MUNICIPAIS  
DOS INDICADORES  
DE CIDADANIA  
ITABORAÍ**

**EQUIPE INCID**

**Coordenador Geral**

Cândido Grzybowski

**Coordenadora Técnica**

Rita Corrêa Brandão

**Coordenadora de Comunicação**

Martha Neiva Moreira

**Coordenador Administrativo**

Manuel Gomes Alves

**Pesquisadoras**

Adriana B. Cardoso

Renata Feno Neves

Flávia Valença Lima

Bianca Arruda Soares

**Assistente de Pesquisa**

Rozi Billo

**Assistente de Pesquisa Comunicação**

Paula Brito

**Estagiária de Comunicação**

Fernanda Azevedo

**Pesquisadoras/es Auxiliares**

Daiana da Silva

Suellem Henriques da Silva

Renata Bazílio da Silva

Edivan Azevedo Silva da Costa

Hozana Beatriz Leite Cabral

**Equipe de Campo**

Supervisores/as

Gênesis de Oliveira Pereira

Manuela de Almeida Castor do Amaral

Robson de Aguiar Oliveira

Bruna Lasse Araújo

Articuladores/as locais

Aloha Xavier

Ana Bartira da Penha Silva

André de Souza Correia

Cristiane Benevenuto de Moraes

Daiane Alves da Silva

Franciellen Fonseca

Gero Band

Glauco Silva de Oliveira

Hector Hugo Parra Fraile

Karla Karina Santos da Costa

Luciano Gomes Franklin

Monick Silva Dallia da Rosa

Ramon Vieira

Sérgio A. Paulino

Tatiane Costa dos Santos

Vinicius Gomes de Oliveira

Wellington Lyra

Zilair Barbosa Silva

**Consultores/as do Grupo**

**de Referência Técnico-Científico**

Adhemar Mineiro

Alexandre Ciconello

Carlos Frederico Loureiro

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Eugênia Mota

Ilma Rezende

Marcos Otavio Bezerra

Nahyda Franca

Napoleão Miranda

Nelson Delgado

Regina Novaes

Wilson Madeira Filho

**Consultores Estatísticos**

Luiz Marcelo Ferreira Carvano

Leonardo de Carvalho Silva

## SUMÁRIO

<b>1.</b> A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA .....	4
<b>2.</b> APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE ITABORAÍ .....	6
<b>3.</b> A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ .....	10
<b>4.</b> ALGUNS INDICADORES QUE REVELAM O ESTADO DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO .....	14
<b>4.1</b> O Direito Social e Econômico e Cultural à Saúde .....	14
<b>4.2</b> O Direito Social e Econômico e o Direito Coletivo à Cultura .....	21
<b>4.3</b> O Direito Civil e Político à Participação e à Ação Cidadã .....	28
<b>5.</b> OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ .....	30
ANEXOS .....	32
<b>1.</b> Mapa da Cidadania do Direito à Saúde .....	32
<b>2.</b> Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã .....	36
<b>3.</b> Mapa da Cidadania do Direito à Cultura .....	38

# 1

## A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA

O Sistema de Indicadores de Cidadania criado pelo projeto Incid é uma ferramenta composta por indicadores analíticos que tem como objetivo revelar o estado da cidadania e da democracia em 14 municípios localizados sob a área de influência do Comperj.<sup>1</sup> Visa ser um importante aporte à luta cidadã pela conquista e ampliação dos direitos de Cidadania, permitindo a avaliação, o acompanhamento e o controle social de políticas públicas garantidoras de direitos, ao longo do tempo.

Em sua segunda etapa o projeto tem como desafio tornar o Sistema Incid uma ferramenta reconhecida e utilizada pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais, possibilitando a sua efetiva apropriação e uso pela Cidadania Ativa desses municípios.

Para que isso aconteça é preciso que os atores e atrizes sociais entendam e usem os indicadores para qualificar e fortalecer seus argumentos. Mais do que isso! É fundamental que a Cidadania Ativa seja, ela mesma, produtora de conhecimentos e não mera receptora. Que os indicadores sejam vistos como medidas usadas para ajudar a descrever a situação atual de um determinado problema, possibilitando comparações, verificações de mudanças ou tendências e servindo para avaliar e acompanhar as transformações do território em que vivem, podendo ser construídos e replicados autonomamente.

A discussão sobre os Indicadores de Cidadania junto às Redes de Cidadania Ativa Municipais vem sendo realizada desde janeiro de 2015. Nesse processo pedagógico de apropriação do Sistema como ferramenta, vários indicadores foram coletivamente reconstruídos, viraram “Incidinhos” (construção que permite revelar as diferenças intramunicipais) e novos indicadores foram criados e adicionados ao Sistema por demandas dos territórios. As Redes de Cidadania Municipais vêm, aos poucos, vivenciando os desafios e possibilidades que a produção e uso dos indicadores de cidadania aportam para suas lutas pela garantia de direitos.

Nesse processo, uma nova forma de produzir indicadores foi inaugurada: os Mapas da Cidadania - Indicadores-mapas que ampliam o olhar para as diferenças intramunicipais e conferem maior precisão para as análises sobre os territórios, ao jogar luz precisamente nos locais onde a cidadania ativa aponta violação de seus direitos.

A Metodologia dos Mapas da Cidadania foi construída e replicada junto às Redes em um processo que chegou ao final de sua primeira etapa em julho de 2015. Foram produzidos de forma participativa 37 Mapas sobre 5 direitos de cidadania.<sup>2</sup> Membros das Redes foram capacitados/as para realizarem medições de coordenadas geográficas com aparelhos de GPS para conferir maior precisão aos Mapas, e um rico processo de discussão sobre o estado de cada um dos direitos trabalhados foi realizado.

Os Cadernos Municipais dos Indicadores de Cidadania de cada um dos municípios refletem o processo de discussão, (re)construção de Indicadores e mapeamento participativo, expressando até onde cada uma das Redes de Cidadania Municipais chegou em seu processo de apropriação das Ferramentas do Projeto no período citado. Cabe ressaltar que os Mapas seguem sendo aperfeiçoados e completados pelas Redes com diversas discussões, levantamentos e apontamentos já realizados. Novos Mapas de diferentes direitos estão sendo construídos e serão inseridos na Plataforma Digital dos Mapas da Cidadania, disponível no site do Incid. As Redes de Cidadania Ativa Municipais constroem assim seus próximos passos avançando na elaboração de estratégias coletivas que possibilitam maior incidência sobre as decisões políticas em seus municípios e maior divulgação das informações sobre o estado dos direitos da população.

Cada Caderno Municipal dos Indicadores de Cidadania é único e representa o resultado de um amplo trabalho coletivo realizado pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais. Boa leitura!

Equipe Incid

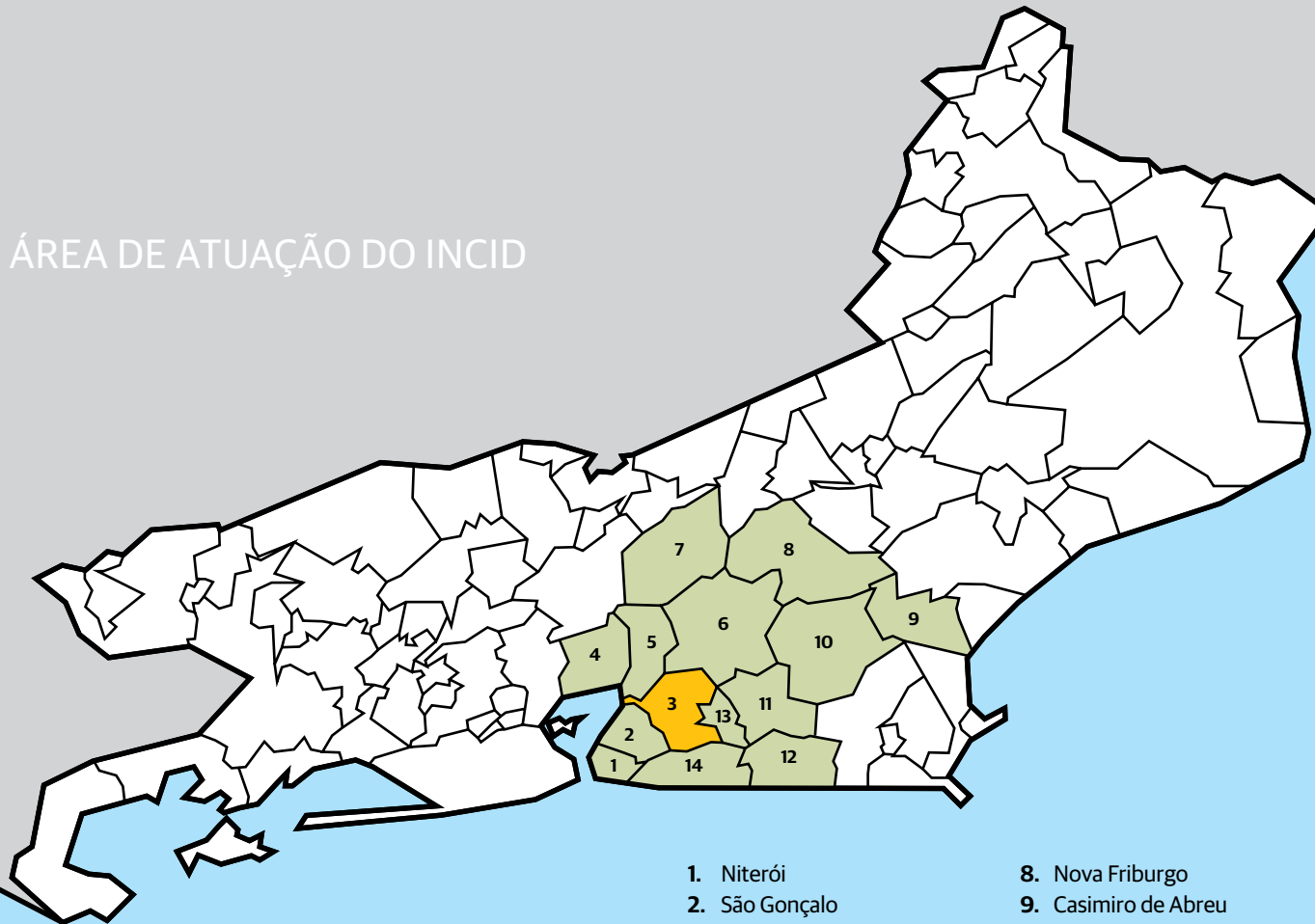
# 2

## APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE ITABORAÍ

Situado na margem oriental da Baía de Guanabara, na área da baixada litorânea do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí é caracterizado por um relevo com áreas suavemente onduladas, de planícies ao norte e a oeste entremeados com morros e serras: do Barbosão, na divisa com Tanguá, a serra do Lagarto e da Cassarotiba do Sul, na divisa com Maricá, onde se destacam remanescentes de mata atlântica. Os rios Macacu, Casseribu, Iguá, Aldeia e Várzea cortam seu território, e contribuem para o deságue na Guanabara. Esses rios foram importantes no início do desenvolvimento do município, inseridos nas rotas do comércio dos produtos agrícolas.

A origem desse município nos remete ao século XVI, a ocupações das terras indígenas dos tamoios por vilarejos ligados à distribuição de sesmarias, de colonização portuguesa. Em sua história destacam-se as atividades religiosas e econômicas. O aldeamento São Barnabé, da ordem dos jesuítas, a introdução de capelas e conventos, dos quais se destaca a Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde hoje se localizam Venda das Pedras, a Igreja Matriz São João Batista, o convento de São Boa Ventura, entre outros exemplos. O município de Itaboraí cresceu com a produção de cana, açúcar, aguardente, café, mandioca, milho. Teve também importante entreposto comercial, destacou-se com o transporte fluvial e por sua localização estratégica frente à Rede Ferroviária Federal S.A.<sup>3</sup>

## ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID



- |                         |                      |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Niterói              | 8. Nova Friburgo     |
| 2. São Gonçalo          | 9. Casimiro de Abreu |
| 3. Itaboraí             | 10. Silva Jardim     |
| 4. Magé                 | 11. Rio Bonito       |
| 5. Guapimirim           | 12. Saquarema        |
| 6. Cachoeiras de Macacu | 13. Tanguá           |
| 7. Teresópolis          | 14. Maricá           |

A antiga vila de Santo Antônio de Sá em 1780 tornou-se grande centro produtor agrícola, com cerca de 80 engenhos escoando diretamente para os portos próximos. O açúcar movimentava a produção de cerâmica<sup>4</sup> em olarias, para a embalagem e transporte fluvial até 1850, criando uma economia paralela que dura até os dias de hoje. Tornou-se vila de São João de Itaboraí, e destacou-se até o final do século XIX, quando depois da Lei Áurea deu-se início ao êxodo da população negra; adentrou então num declínio econômico, com abandono de uma série de lavouras, período em que, juntamente com demais lugarejos das “margens do rio Macucu” foi assolado por malária e outras epidemias.

O município foi ganhando e perdendo posição econômica conforme a implantação dos sistemas de transportes na região do leste fluminense: prosperou ao receber a linha férrea Estrada de Ferro Niterói-Cantagalo em 1860, recebendo os gêneros alimentícios do nordeste fluminense, que de lá seguia por embarcações “pelo Rio Aldeia até o rio Macucu” e

daí para a Baía de Guanabara. Perdeu importância após a instalação da Estrada de Ferro-Carril Niteroiense, quando houve desvio do comércio e queda na movimentação portuária do Porto das Caixas, entreposto da vila de Itaboraí.<sup>5</sup>

Na segunda dezena do século XX, 1920, começou uma recuperação economicamente com base na produção de laranjas, ao que passou a ficar conhecida como “a cidade das laranjas”. Atuou como um dos maiores produtores brasileiros até meados da década de 1980, período em que o distrito de Itambi tornou-se polo comercial “de frutas e carvão”, recebendo obras de drenagem de rios e canais para fluidez do transporte fluvial. A decadência da produção de cítricos ocorreu por diferentes motivos: ciclos de alta e baixa de vendas ligada aos mercados estrangeiros, exaustão dos solos, disseminação de pragas, e disputas de mercado com demais municípios da região metropolitana - Nova Iguaçu e São Gonçalo. Data de 1970 uma gradual diminuição de sua população rural, o que demonstra a que-

<sup>4</sup> É significativa a presença de argila utilizada nas cerâmicas. A presença desse tipo de material está relacionada a processos muito antigos, de formação do relevo há milhões de anos. São áreas sedimentares, denominadas Grupo Barreiras, compostas por arenitos e arenitos argilosos.

<sup>5</sup> <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330190&search=rio-de-janeiro|itaboraí|infograficos>



da da importância das produções agrícolas.<sup>6</sup> Nesse período se inicia o processo de urbanização,<sup>7</sup> que se intensificou ao longo dos últimos anos.

Desde 2006, após o anúncio da instalação do Comperj, Itaboraí está no centro de um processo que transforma os territórios com diversos efeitos de movimentação econômica e atração populacional que impactam diretamente as condições de vida das populações. Essa situação traz novos desafios de gestão e de ampliação da Cidadania Ativa em uma região que ainda precisa se constituir como um território humano e cidadão. Passa a constituir o Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense e juntamente com os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Saquarema, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis passa a compor a região prognosticada com grandes transformações sob efeito de desenvolvimento de novas cadeias produtivas e conflitos socioambientais.

Atualmente o município de Itaboraí divide-se administrativamente em oito distritos: Itaboraí, Manilha, Itambi, Cabuçu, Porto das Caixas, Sambaetiba, Pacheco e Visconde de Itaboraí. O distrito de Manilha apresenta os maiores índices de urbanização,<sup>8</sup> seguido por Itaboraí, centro comercial e de serviços do município. Hoje o distrito de Itambi destaca-se por possuir parte do manguezal da Apa de Guapimirim. Demais distritos possuem aspectos rurais e estão em alteração com seu ritmo de crescimento alterado pela nova dinâmica. O distrito de Sambaetiba encontra-se em evidência. Nele está sendo implantado o Comperj - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que ocupa uma área de 45 quilômetros quadrados. Desde o início de sua construção, em março de 2008, o Comperj passa a se materializar e atuar como forte vetor de alteração da dinâmica local e regional.

O Complexo Petroquímico está localizado sobre o divisor topográfico dos rios Macacu-Caceribu, nas proximidades com a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA-Guapi). Desde o anúncio da construção há expectativa de grande atração populacional, com aumento da circulação de pessoas e de residentes na região e no município,

contribuindo para o desencadeamento de impactos ambientais de toda ordem.<sup>9</sup> Entre diferentes estimativas, apontava-se uma atração de 212 mil empregos diretos e indiretos.

Atualmente o município de Itaboraí, com 227.168 habitantes,<sup>10</sup> amarga efeitos de mudança desse projeto gigante. Neste ano de 2015, com um atraso de cerca de quatro anos e meio, estimam que somente 68% das obras estejam concluídas.<sup>11</sup> O município de Itaboraí ao longo dos últimos anos recebeu uma série de investimentos privados, com construção de hotéis, pousadas e restaurantes para atender o novo contingente populacional. Prédios e pousadas esvaziados e hotéis em construção sofrem impactos da mudança de projeto recentemente anunciada.<sup>12</sup>

A população agora convive com o tráfego de caminhões pesados, engarrafamento de ônibus na avenida principal, onde há poucos lugares para estacionar. Ruínas de prédios seculares encontram-se lado a lado com torres de ferro e tubulações e evidenciam os tempos de contradição num município em que antes tinha uma vida pacata. As rápidas e drásticas transformações não deram conta de deixar satisfatório aquilo que já pouco havia: a estrutura de serviços urbanos de água e saneamento é insuficiente ou inexistente na maioria dos distritos.<sup>13</sup> O saneamento básico é um dos grandes problemas e ameaça a alteração do meio ambiente com efeitos de sobrecarga ao sistema de saúde.

No Sistema de Indicadores Incid<sup>14</sup> verificamos na dimensão da Cidadania Viva que os Direitos Coletivos sofrem sérios problemas de violações. Dentro dessa dimensão está inserido o Direito Ambiental, que engloba avaliação das inadequações do esgotamento sanitário e do abastecimento de água. Há o indicador Situação do Acesso à Água,<sup>15</sup> que demonstra a proporção entre o número de domicílios abastecidos de forma inadequada em relação ao total de domicílios existentes e o indicador Situação do Esgotamento Sanitário<sup>16</sup> o que mostra o percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado. A inadequação do abastecimento de água abrange 10,52 % dos domicílios, enquanto o indicador de Domicílio em inadequação do esgotamento sanitário chega a 33, 50% dos domicílios do município como um todo.

6 "No ano de 2006 pelo Censo Agropecuário o município Itaboraí apresentava 249 estabelecimentos rurais. Com base nesses dados o indicador do Incid Direitos Sociais, Econômicos e Culturais - Direito à Terra: Situação do Acesso a Terra evidencia a concentração de terras: as propriedades em sua maioria eram de minifúndios respondendo por 66% do total, porém estas só representavam 3% da área total das propriedades rurais do município. A maior parte das terras, 81% do total, estava concentrada nas grandes propriedades, que eram apenas 7% do total dos estabelecimentos rurais do município."

7 <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiamedica/03.pdf>

8 [http://www.legislaitaborai.com.br/leis/cadernos\\_itadados.pdf](http://www.legislaitaborai.com.br/leis/cadernos_itadados.pdf)

9 [http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009\\_\(A%20AN%C3%81LISE%20GEOAMBIENTAL%20INTEGRADA%20NO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20ITABORA%C3%8D%20\(RJ\)%20COMO%20SUBS%C3%8DIO%20AO%20PLANEJAMENTO%20AMBIENTAL%20E%20TERRI\).pdf](http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_(A%20AN%C3%81LISE%20GEOAMBIENTAL%20INTEGRADA%20NO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20ITABORA%C3%8D%20(RJ)%20COMO%20SUBS%C3%8DIO%20AO%20PLANEJAMENTO%20AMBIENTAL%20E%20TERRI).pdf)

10 <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330190>

11 [http://www.sinduscon-rio.com.br/sindusletter/sindusletter\\_090414/n8.htm](http://www.sinduscon-rio.com.br/sindusletter/sindusletter_090414/n8.htm)

12 <http://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>

13 <http://oglobo.globo.com/opiniaio/nao-ha-que-temer-12146676>

14 <http://incid.org.br/sistema-de-indicadores/>

15 <http://incid.org.br/sistema-de-indicadores/cidadania-vivida/>

16 <http://incid.org.br/sistema-de-indicadores/cidadania-vivida/>



Diante do exposto percebe-se que o município Itaboraí é um território assolado por diversos tipos de violações de Direitos de Cidadania, marcado pela ausência de políticas públicas que deem conta de direitos básicos - como a cobertura de saneamento básico e de abastecimento de água. O Direito à Moradia, o Direito à Cidade, o Direito à Educação e o Direito à Saúde de qualidade são deficientes e devem, em muito, ser ampliados. Essas são questões debatidas entre as instituições que compõem a Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí. O equacionamento entre preservação ambiental, desenvolvimento industrial e ocupação urbana é um desafio para a gestão desse território e para o controle social pela Cidadania Ativa.

# 3

## A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ

### Um olhar embasado em declarações

Desde 2008 vivemos entre as promessas de emprego e as consequências da obra. Com o início da terraplanagem, alguns bairros passaram a ter suas pequenas ruas transformadas em vias para centenas de caminhões, e essa circulação acarretou forte aumento da emissão de poeira. Tivemos que ir para a rua, paramos o tráfego de caminhões por medo de que nossos filhos e filhas adquirissem doenças respiratórias. Essa mobilização acabou nos levando para as primeiras reuniões sobre os impactos do Comperj em Itaboraí, e desses encontros surgiu o Fórum de Lutas do Comperj, que aconteceu em 2013.

Logo a seguir tivemos os primeiros contatos com a equipe do Incid. Desse encontro, foi possível ampliar o convite para outras comunidades e pequenos grupos em luta - caso dos motoristas de vans de Itaboraí, por exemplo. O objetivo era debatermos o município ontem e hoje, levantar quais eram as consequências reais do Comperj. Ainda na primeira etapa do projeto, começamos a fazer encontros fora do município. Fomos para Cachoeiras de Macacu e tivemos a visita dos participantes das rodas de diálogos de Casimiro de Abreu.

A nossa participação no seminário final do Incid, que aconteceu em Niterói, serviu ainda mais para fortalecer novos encontros. A Rede Ativa de Itaboraí surgiu desses encontros e do desejo de atuar no território. Entendemos que a cidadania é fruto também da crença nas mudanças das pessoas e na premissa de solidariedade.

Lembramos dos momentos de sofrimento e luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj que tiveram que deixar os seus postos de trabalho para irem para a rua protestar por dias seguidos. Neste momento é a soli-

dariidade, de diversas formas, que mantém essas pessoas na luta pelos seus direitos. Esse episódio marca a cidade de Itaboraí, e aumenta mais ainda nossa certeza de que é necessário continuar nossa luta por direitos como saúde, educação, cultura etc. Junto ao território, mas também temos que ajudar outras pessoas e grupos.

Com as demissões de boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras da obra do Comperj, nosso município vive um momento muito difícil. Se antes do Comperj não tínhamos nossos direitos como saúde, acesso a água de qualidade etc., agora temos um aumento grande de pessoas sem emprego e sem nenhuma perspectiva de moradia. Vivemos numa cidade fantasma, grandes edifícios novos sem ninguém dentro, galpões sem nenhuma máquina, nos postes de iluminação os anúncios de aluguel e de vendas disputam um espaço.

Foi diante desse cenário que a Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí decidiu organizar uma atividade para celebrar o 1º de Maio na cidade. Nesse dia, conseguimos reunir trabalhadores desempregados e trabalhadoras desempregadas, diferentes lideranças comunitárias, jovens moradores dos bairros de Areal, Porto das Caixas e Visconde, trabalhadoras e trabalhadores da saúde. Celebramos a nossa união e os nossos pontos comuns. Pactuamos que a luta pela melhoria de vida de todos e todas passa pela luta por direitos e pelo fortalecimento da ação cidadã. E assim afirmamos que o nosso primeiro ato de 1º de Maio em Itaboraí, mais que fruto da Rede de Cidadania Ativa, foi a pactuação da luta pela cidadania.

### **Caracterização da Rede Cidadania Ativa de Itaboraí**

Trata-se de uma parceria entre instituições, grupos e movimentos sociais, sindicais e populares da **Cidadania Ativa**, buscando compartilhar informações, dados, estudos, pesquisas e experiências com o intuito de garantir a efetividade da cidadania no Município de Itaboraí. A união dessas entidades objetiva fortalecer os movimentos sociais na luta pelos Direitos Humanos, para a conscientização de todos e todas de modo a gerar a busca por respeito e garantia de igualdade na diversidade, considerando aspectos socioambientais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, geracionais, étnicos, de gênero e outros.

A Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí está atuante e produziu debates sobre o uso de indicadores e elaboração de mapas sobre a realidade da cidade cujos dados estão em constante processo de construção e atualização. A partir do olhar dos próprios atores sociais e participantes da Rede se estabelecem a troca e o avanço da luta por melhorias.

Atualmente, participam da rede organizações, associações, e ativistas independentes. O núcleo duro da rede é composto por 6 Instituições e 3 ativistas que reúnem 20 participantes para um ou dois encontros por mês. A Rede se encontra na Sede das Instituições locais do município: na sede da AACS - Associação dos Agentes Comunitários de Saúde, na

sede da Associação de Moradores de Porto das Caixas e no Sepe - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação de Itaboraí. A Rede de Itaboraí se comunica através do Whatsapp, um aplicativo utilizado pela maioria dos participantes, um veículo que facilita a comunicação e a marcação das reuniões.

### **São 6 Instituições que compõem a Rede. São elas:**

#### **Associação de Moradores de Porto das Caixas**

Presidente: Ramon

Contato: (21) 964473596

Descrição: É uma Instituição que atua desde 1980 desenvolvendo ações voltadas para o fortalecimento da cidadania através da participação coletiva e cidadã, promovendo reuniões, debates e diálogos relacionados aos direitos a saúde, educação, habitação, entre outros. Contudo, realiza atividades culturais, esportivas e de preservação dos Patrimônios Culturais, a fim de reivindicar e garantir os direitos da população.

#### **Movimento das Famílias da Vila Portuense**

Comissão: Devanilde, Maria Angela, Darlene, Raquel e Ramon.

Contato: (21) 971565415 / (21) 999202032 / (21) 964473596

Descrição: O movimento das famílias da Vila Portuense surgiu em 2007, após uma ação de desapropriação envolvendo cerca de 160 famílias que viviam há mais de 40 anos em uma área. A união dos/as moradores/as e a luta constante possibilitaram um processo de negociação que assegurou recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a construção de 160 residências dignas e a oferta de equipamentos sociais, tais como: uma creche, um centro social, uma quadra esportiva, uma horta comunitária e uma área de convivência social. Atualmente, a luta permanece para garantir que esse empreendimento seja construído e o direito habitacional seja garantido.

#### **Associação dos Agentes Comunitários de Saúde (AACS)**

Presidente: Carlos

Contato: (21) 997683800

Descrição: Essa associação foi criada pela necessidade de que os agentes comunitários de saúde tenham e têm em ver seus direitos de trabalhadores/as respeitados por grande parte daqueles que contratam essa mão de obra da saúde. Quando iniciamos nosso trabalho no ano de 2002 após termos feito o concurso (processo seletivo público), no município de Itaboraí, não havia nenhuma lei federal, estadual ou municipal que amparasse a classe dos ACSs em seus direitos trabalhistas. Resolvemos então formar uma Comissão Representativa de classe. Com o passar do tempo, fomos adquirindo confiança e experiência na luta. Concentramos nossos esforços e fundamos a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde. Dentre as conquistas asseguradas, destacamos o nível 13 da categoria, referente ao salário e à efetivação no município.<sup>17</sup>

### **Associação dos Agentes de Combate às Endemias de Itaboraí (Aacea)**

Presidente: Daniele

Contato: (21) 971322781

Descrição: É uma Associação que atua desde 17 de outubro de 2014, a fim de reivindicar melhores condições de trabalho, cobrando os direitos previstos pela Lei 12.994, 17/06/2014, visando o exercício profissional de qualidade para a comunidade.

### **Grupo de Diálogo (Jovens Trabalhadores do Comperj)**

Os jovens trabalhadores do Comperj participaram da pesquisa do Incid, mas não possuem um representante ou Instituição.

### **Associação Musical de Nova Cidade (Amunci)**

Responsável: Anderson

Contato: (21) 964527340

Descrição: É uma Instituição que atua desde 2012 desenvolvendo a inclusão social através da música, ministrando aulas de instrumentos de sopro, percussão e cordas, proporcionando aos alunos desenvolver a disciplina, trabalhos em grupo, conhecimento cultural e profissionalização na área musical.

## **Referências**

COSTA, Maria de Lourdes; PIMENTEL, Deborah. Inflexões na história e nas configurações urbanas de Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. ANPUH. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0702.pdf>

FERNANDES, Eunícia. A Companhia de Jesus e os índios na capitania do Rio de Janeiro. Séculos XVI, XVII e XVIII. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História.

MELO, Luiz Eduardo et al. (Org.). Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Cadernos Itadados. 2005/2006.

REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ. Texto Base Brochura de Itaboraí. Incid. Junho 2015.

PINTO, Amnada R. C. A análise geoambiental integrada no município de Itaboraí (RJ) como subsídio ao planejamento ambiental e territorial: a intervenção do Comperj. In: Revista Geonorte, Edição Especial, V.3, N.4, p. 336-349, 2012.

SANTOS, Jefferson P. C et al. (2011) Os diferentes tempos e processos de urbanização e sua correlação com a situação de saúde nos Municípios de Itaboraí, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu do Estado do Rio de Janeiro Brasil. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiamedica/03.pdf>

SABROZA, Paulo et al. Os diferentes tempos e processos de urbanização e sua correlação com a situação de saúde nos municípios de Itaboraí, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu do Estado do Rio de Janeiro - Brasil. Fundação Oswaldo Cruz, 1992.

### **Sites acessados**

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330190&search=rio-de-janeiro|itaborai|infograficos:historico> (Acesso em junho de 2015).

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiamedica/03.pdf> (Acesso em junho de 2015).

[http://www.sinduscon-rio.com.br/sindusletter/sindusletter\\_090414/n8.htm](http://www.sinduscon-rio.com.br/sindusletter/sindusletter_090414/n8.htm) (Acesso em junho de 2015).

<http://oglobo.globo.com/opiniao/nao-ha-que-temer-12146676> (Acesso em junho de 2015).



# 4

## ALGUNS INDICADORES QUE REVELAM O ESTADO DA CIDADANIA EM ITABORAÍ

### 4.1 - O DIREITO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL À SAÚDE

O Direito à Saúde, reconhecido como um Direito Humano fundamental, está inserido dentro do conjunto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Dizem respeito ao princípio de equidade e referem-se às condições básicas para manutenção e reprodução da vida individual e coletiva: acesso ao alimento, à educação, ao saneamento básico, à moradia, à terra para produzir e viver, ao transporte, à segurança social, ao trabalho, à renda, ao lazer e à cultura.

Quais as condições de cidadania em um dado território quando avaliamos a situação do Direito à Saúde? Quais as políticas públicas ativas que contribuem e garantem o Direito à Saúde? Como a população local se percebe como cidadã portadora de direitos e deveres e avalia o acesso de todos/as ao Direito à Saúde? Como está organizada e age a cidadania na luta pelo Direito à Saúde? Essas são as questões norteadoras que fomentam o debate, e procuramos refletir à luz das quatro dimensões da cidadania: Cidadania Vivida, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa.

No processo de reflexão os indicadores do Direito à Saúde do Sistema Incid conformam um conjunto de dados que ganha sentido a partir da apropriação dos/as militantes. Através do exercício de reconstrução dos indicadores de saúde, a elaboração de um Mapa da Cidadania do Direito à Saúde objetiva ajudar numa avaliação do estado do Direito à Saúde no município de Itaboraí. O Mapa é pensado e idealizado em parceria com a equipe técnica do Incid, privilegiando a percepção coletiva sobre a realidade vivida. A Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí acrescenta informações do cotidiano, de forma a qualificar dados e produzir novas informações sobre o território.

COMPONDO A REDE DE CIDADANIA ATIVA ESTIVERAM PRESENTES NAS DISCUSSÕES DO MAPA DO DIREITO À SAÚDE REPRESENTANTES DE ENTIDADES E MILITANTES DE ITABORAÍ, DENTRE AS QUAIS: A ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DE ITABORAÍ (AACETA), ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (AACS), O COLETIVO PERIFÉRICO PARTICIPANTES DO GRUPO DE DIÁLOGO DOS TRABALHADORES DO COMPERJ, REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES LIGADAS À EDUCAÇÃO, REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES LIGADAS À CULTURA, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS CAIXAS, MOVIMENTO DAS FAMÍLIAS DA VILA PORTUENSE, REPRESENTANTES DO COLÉGIO PEDRO AMORIM - CIEP 424, ALÉM DA EQUIPE INCID

A Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí se apropria, reflete e constrói um mapeamento participativo demonstrando especificidades do município. O diálogo entre as dimensões da Cidadania Garantida e a Cidadania Percebida é, pois, o “carro-chefe” que conduz a exploração de temas pertinentes ao Direito à Saúde como o acesso, a inclusão e as desigualdades existentes no sistema de serviços públicos que assegura grande parte do direito à saúde. Fruto de inúmeras reuniões e discussões, o mapa da Cidadania do Direito à Saúde objetiva dar visibilidade às desigualdades e violações do direito à saúde que não são contabilizadas pelos órgãos oficiais. O conhecimento sobre a Área de Atuação do Incid é ampliado, possibilitando o surgimento de estratégias de superação de questões historicamente invisibilizadas.

PARA A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ, O PROJETO INCID ENRIQUECE O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO, PROMOVENDO A INTERAÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE AS INSTITUIÇÕES MILITANTES DE UMA DADO TERRITÓRIO. CONTRIBUI PARA O FORTALECIMENTO DA LUTA CONJUNTA PELA CIDADANIA E OS DIREITOS. SOBRE O DIREITO À SAÚDE, ALÉM DE ITABORAÍ, FORAM ELABORADOS MAPAS DA CIDADANIA DO DIREITO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRAS DE MACACU, CASIMIRO DE ABREU, GUAPIMIRIM, MAGÉ, NOVA FRIBURGO, SÃO GONÇALO, SILVA JARDIM, TANGUÁ E TERESÓPOLIS.

## O direito à saúde em Itaboraí

O foco inicial foi a Atenção Básica à Saúde no município, mas não parou por aí. Houve destaques para problemáticas tais como de infraestruturas precárias dos locais de trabalho dos agentes de endemia, a sobrecarga e falta de profissionais da saúde na composição das equipes, e a exemplificação de diversas situações vividas no município de Itaboraí. Assim, a Rede de Cidadania Ativa pode revelar peculiaridades desse território vivenciadas cotidianamente no tocante ao Direito à Saúde.

COMPÕE A ATENÇÃO BÁSICA UM CONJUNTO DE AÇÕES, DE CARÁTER INDIVIDUAL E COLETIVO, SITUADAS NO PRIMEIRO NÍVEL DE ATENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. SEUS OBJETIVOS ESTÃO RELACIONADOS À PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTOS DE REABILITAÇÃO. OS PROBLEMAS DE SAÚDE MAIS COMUNS E EXAMES DE ROTINA SÃO ACOLHIDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), TAMBÉM CONHECIDAS COMO POSTOS DE SAÚDE. SÃO A PORTA DE ENTRADA DO SUS, E ONDE OS CIDADÃOS TÊM POSSIBILIDADE DE CONSULTAS REGULARES, RECEBEM ACOMPANHAMENTO, MEDICAMENTOS E VACINAS. AS UBS FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA PELAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ABRANGEM AS MODALIDADES DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, NÚCLEOS DE APOIO ÀS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF). TODAS ASSUMEM A RESPONSABILIDADE SANITÁRIA E O CUIDADO COM AS PESSOAS DE DETERMINADA REGIÃO E COMPREENDEM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA,<sup>18</sup> OS CASOS DE AGRAVO: URGÊNCIAS ADVINDAS DE ACIDENTES, FRATURAS, INFARTOS, AVCs, OS PACIENTES SÃO ENCAMINHADOS PARA UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO. A UPA É UMA UNIDADE FIXA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA RESPONSÁVEL PELA ESTABILIZAÇÃO DO PACIENTE ATRAVÉS, GERALMENTE, DE UM CLÍNICO GERAL. A UNIDADE NÃO COMPORTA INTERNAÇÃO POR MAIS DE 24 HORAS. O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO À UPA, E AMBOS SÃO CONSIDERADOS O NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE. QUANDO O CASO NÃO SE RESOLVE NESSE ESTABELECIMENTO, HÁ O ENCAMINHAMENTO PARA OS HOSPITAIS QUE CORRESPONDEM AO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

<sup>18</sup> “O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhar aos hospitais.” Ver: <http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs>



A construção dos Mapas da Cidadania do Direito à Saúde deu-se a partir do georreferenciamento dos estabelecimentos públicos de saúde no município. E o que os dados oficiais revelam? Quais as condições de cidadania no município de Itaboraí quando se olha o estado do Direito à Saúde? O mapeamento revelou a distribuição desigual das instituições públicas de saúde em Itaboraí. Enquanto há maior concentração no distrito sede, há distritos em que não há nenhum estabelecimento, como Pachecos, Cabuçú, Porto da Caixa, ou quase nenhum, como Sambaetiba (com somente um Posto de Saúde). Os distritos de Itambi, Visconde de Itaboraí, Manilha e Itaboraí são, em ordem crescente, por onde se distribuem as unidades existentes, com maior concentração no bairro do centro e adjacências. Ao todo somam noventa e três (93) estabelecimentos públicos de saúde que prestam atendimento à população, incluindo unidade administrativa da secretaria municipal e unidades móveis: 24 unidades são pertencentes à Rede de Atenção Básica à Saúde, dentre as quais:

- 22 unidades de saúde da família;
- 2 postos de saúde.

Além desses há:

- 2 centros de especialidades municipais;
- 1 Farmácia Popular;
- 2 centros de atenção psicossocial;
- 2 unidades de emergência (UPA/ Pronto-Socorro);
- 2 serviços móveis de urgência;
- 1 espaço de vigilância à saúde;
- 2 unidades de ambulatoriais;
- 2 policlínicas;
- 1 hospital (Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior);
- 28 Postos de Atendimento do Agentes de endemias.

Também consta a demarcação de 26 áreas de infestação de vetores como ratos, mosquitos e caramujos.

A percepção da desigualdade no serviço de saúde passou as observações dos participantes da Rede, que afirmaram que os bairros mais distantes do centro têm menos acesso aos serviços de saúde em termos não só quantitativos como qualitativos: “nessas localidades distantes do centro há mais carência de PSF, de equipes para realizar atendimento e é maior número de irregularidades nos serviços prestados”.<sup>19</sup>

Debatendo sobre essa realidade foram abordados diferentes elementos pela Rede de Cidadania Ativa, entre os quais os(as) Agentes de Combate às Endemias, que mencionaram problemas relacionados à proliferação de vetores de doenças como ratos, carrapatos, caramujos, mosquitos, entre os quais o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Afir-

maram que o monitoramento dos vetores é parte essencial para o controle e a promoção da saúde em uma dada região do município e que enfrentam uma série de obstáculos para sua concretização. A precariedade das condições de trabalho também dos(as) Agentes Comunitários de Saúde deu a tônica das discussões em torno da abordagem do Direito à Saúde em Itaboraí. Na opinião dos participantes, a precariedade das condições de trabalho dos profissionais da saúde compromete o conjunto de serviços ofertados nessa esfera.

**Sob a perspectiva da Cidadania Viva, a situação do cotidiano se revela e expõe a situação de violação da Cidadania Garantida.** Trata-se das condições de trabalho que deveriam ser asseguradas. Informaram que, do ponto de vista do trabalho de controle e prevenção de endemia, Itaboraí tem 4 áreas de atuação que se constituem como polos dentro do Programa Municipal dos Agentes de Combate às Endemias. Com uma variação de 6 a 10 PAs - “Pontos de Apoio”, o trabalho dos agentes é executado em 8 horas de trabalho, de segunda a sexta, num fluxo de circulações em áreas onde a quilometragem coberta não é especificada, nem tampouco conhecida pela Rede de Cidadania Ativa desse território.

Na descrição acima, fatores que dizem respeito à capacidade de suporte e à sobrecarga de trabalho sobre os agentes de endemia constituem-se em alvo de denúncias. Esses profissionais têm o desafio de cobrir atendimento em um vasto território e nem sempre há uma base de apoio com infraestrutura adequada para suporte ao trabalho. Quando não há, os locais são arranjados entre bares, varandas, locais abandonados e insalubres. Ou seja, as Unidades de Apoio ao Combate de Endemias para o trabalho dos agentes e de referência para população do entorno, que deveriam abrigar o material de trabalho, funcionam em locais precários, não adequados para a função, alguns alojados nos próprios equipamentos públicos preexistentes, como salas em postos de saúde ou de escolas públicas, em sua maioria cedida pelas instituições locais e moradores.

Além dessas condições, há falta de uniformes, falta de capacitação adequada, falta de identificação dos/as profissionais por meio do uso de crachás, de realização de exames periódicos, de acessórios para o manuseio de produtos químicos que evitem o risco de contaminação. Os participantes afirmam que a falta de suporte chega a itens básicos como a disponibilização de água filtrada própria para o consumo dos/as agentes e a falta de acessórios para acondicionamento dos produtos utilizados no trabalho. Tudo isso demonstra o abandono por parte da gestão pública e evidencia que há grande motivação de luta pela necessidade de melhores condições de trabalho.

**Sob a perspectiva da Cidadania Percebida denuncia-se uma série de violações.** Buscou-se revelar através dos

<sup>19</sup> Fala dos representantes dos grupos de diálogo.

depoimentos e exemplos o abandono das Políticas Públicas voltadas para a Saúde nesse município. Os Agentes de Combate às Endemias evidenciaram a falta de reconhecimento e a desvalorização profissional por parte da administração pública. Apesar de ingressarem por concurso público, declaram que não receberam formação inicial ou capacitação adequada para a função. Afirmam não terem sido cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e que recebem salário abaixo do piso nacional determinado para a categoria,<sup>20</sup> cuja equiparação salarial aos Agentes Comunitários de Saúde está prevista por Lei.<sup>21</sup>

A Rede de Cidadania Ativa organizou-se para realizar o levantamento, fez reconhecimento de campo, efetuou o registro fotográfico da maioria dos Pontos de Apoio com o objetivo de dar visibilidade às condições de precariedade de trabalho a que estão submetidos. Como êxito no processo, disponibilizou a seleção de fotos dos PAs (Ponto de Apoio) para serem visualizadas na Plataforma dos Mapas da Cidadania do Incid, de forma a ilustrar o grau de precariedade a que estão sujeitos, visibilizando assim as condições de falta de estruturação do serviço prestado à sociedade.

Outros aspectos se materializaram no discurso dos Agentes Comunitários de Saúde (AACS), que revelam novos elementos da Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí. Conforme declararam, há a percepção de um aumento da população a ser assistida, que cresceu nos últimos cinco anos, criando aumento da insuficiência de cobertura dos/as usuários/as. Isso gera sobrecarga para os/as trabalhadores/as Agentes Comunitários da Saúde. Uma das soluções apontadas para resolver essa parte do problema é a chamada dos/as concursados/as de 2011, que ainda não foram convocados/as. Há, portanto, a percepção de uma estagnação do poder público ao não exercer a chamada do concurso.

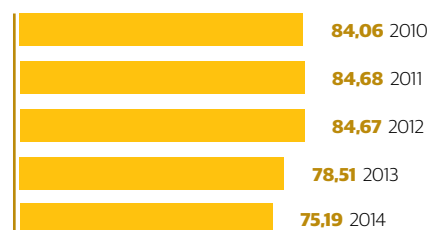
Assim, novamente, aspectos que dizem respeito à capacidade de suporte e à sobrecarga de trabalho<sup>22</sup> sobre os trabalhadores da área da saúde são denunciados pela Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí. As faltas são corriqueiras no dia a dia desses/as profissionais. Eles apontam para a existência de problemas como: ausência de insumos, material de curativos, de trabalho, uniformes e de medicamentos de uso continuado. Denunciam que as Unidades de Saúde em que atuam demandam reformas e ampliações, relatando também precariedades na infraestrutura dos prédios, tanto nas unidades próprias quanto nos estabelecimentos locali-

zados em imóveis alugados. Informam que há um pequeno número de ambulâncias, demora na realização e entrega de resultados de exames e carência de unidades hospitalares.

Como dito anteriormente, os indicadores da dimensão da Cidadania Garantida foram objeto de atualização de dados. Estes foram sistematizados e representados em gráficos, com o objetivo de averiguar o comportamento ao longo de um tempo determinado. Os indicadores de Direito à Saúde são: Garantia de Atenção Básica e Garantia de Investimento em Saúde. O primeiro permite averiguar o acesso da população ao conjunto de serviços de assistência básica à saúde. Trata-se do percentual de pessoas inseridas (cadastradas) no Programa de Assistência Básica em comparação ao total da população residente no município. O segundo considera os gastos *per capita* de saúde calculados a partir do cruzamento entre os dados de finanças municipais publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional e os dados populacionais divulgados pelo IBGE.

#### Direito à Saúde: Garantia de Atenção Básica em Itaboraí

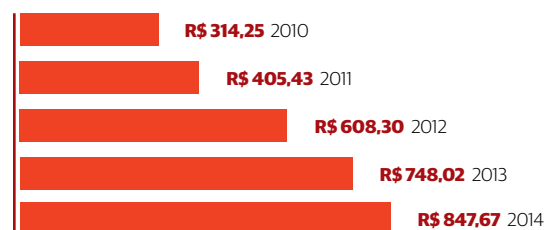
Porcentagem de pessoas cadastradas na Atenção Básica (%)



Fonte: Siab e IBGE

#### Direito à Saúde: Garantia de Investimento em Saúde em Itaboraí

Gasto em saúde por habitante (R\$)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

<sup>20</sup> "O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (21), o estabelecimento de piso salarial de R\$ 1.014 para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, com jornada de 40 horas semanais, em todo o país (SCD 270/2006). A matéria segue agora para sanção presidencial." Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/05/21/plenario-aprova-piso-de-r-1-014-para-agentes-comunitarios-de-saude>. Acesso em 07.07.2015.

<sup>21</sup> A Lei 12.994, de 17 de junho de 2014, altera a Lei 11.350, de 5 de outubro de 2006. Institui o piso salarial profissional nacional e dá diretrizes para o plano de carreira dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=248457&norma=268003>. Acesso em 07.07.2015.

<sup>22</sup> Os componentes da RCA Informam que há cerca de 110 trabalhadores/as para atender o total da população de Itaboraí.

O indicador de Garantia à Atenção Básica demonstra que houve uma diminuição do percentual da população cadastrada ao longo dos últimos quatro anos. A quantidade de pessoas inseridas no programa cresceu na comparação de 2010 e 2012.<sup>23</sup> Mas, nos anos seguintes esse crescimento ficou negativo.<sup>24</sup> Na análise da cobertura total do programa sobre o contingente populacional atual verifica-se que em 2010 cerca de 84,1% da população de Itaboraí estava cadastrada em programas de Atenção Básica em Saúde e que em 2014 isso mudou. O cadastro passou a abranger 75,2% da população total do município.

Em contrapartida, a população municipal teve crescimento contínuo ao longo do período analisado.<sup>25</sup> Ou seja, em relação ao contingente populacional residente no município, existe uma tendência de aumento do déficit de cadastramento<sup>26</sup> no Programa de Atenção Básica.

Interessante analisarmos esse comportamento à luz do investimento público na Saúde. O indicador Garantia de Investimento em Saúde indica que os gastos caminham em direção oposta aos dados de cobertura do Programa de Atenção Básica. Isto é, enquanto o percentual de pessoas contidas pelo programa diminui, o investimento em saúde<sup>27</sup> aumenta. No período entre 2010 e 2014, houve considerável aumento nos valores gastos pelo poder público para garantir o Direito à Saúde da população de Itaboraí. Passou-se de um valor *per capita* de R\$ 283 por habitante em 2010 para R\$ 847 em 2014. Um aumento de cerca de 300% nos gastos com saúde no município no período de 4 anos.<sup>28</sup>

O significado do comportamento do dado está para ser explorado e aguça a curiosidade da Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí. As respostas demandam um tempo e esforço maiores do que o disponível para essa elaboração. Todavia, ambos os indicadores permitem uma avaliação de como está a garantia do Direito à Saúde no município: **estão aquém da expectativa da cidadania.**

Outra ponderação importante a realizar refere-se aos limites e alcances dessas informações. Devemos considerar o fato de que há complexidade de parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde. Estudos apontam que a interpretação dos dados financeiros da saúde é uma tarefa “hercúlea”,<sup>29</sup> uma vez que compreende ter diante de si diferentes sistemas de dados<sup>30</sup> financeiros de gestão pública. As diversas fontes conformam uma variabilidade de questões que devem ser pontuadas acerca das dificuldades de entendimentos envolvendo dados, conceitos, agregações, estruturas de consultas, compatibilidades e incompatibilidades.

As notas técnicas formuladas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do estudo sobre o acesso às informações da Atenção Básica fornecem uma ideia do desafio de acessar e compreender os dados, pois, “a depender do recorte analítico, pode haver diferenças no valor apurado com Atenção Básica”,<sup>31</sup> havendo ainda uma série de esferas orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, localizações de gastos, fontes e naturezas de despesa com diferentes categorias econômicas<sup>32</sup> e grupos de despesa.<sup>33</sup>

Focando especificamente sobre os dados municipais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é a responsável por consolidar as informações de execução orçamentária. Em suas bases é possível saber o montante geral gasto em Saúde. Mas não são disponibilizadas informações sobre em que programas ou ações os recursos são aplicados, não sendo possível definir a despesa específica com a Atenção Básica.

Logo, a tentativa de obtenção de dados claros sobre os recursos específicos para a atenção básica esbarra nas seguintes limitações:

- (i) há possibilidade de misturar gastos universais e gastos específicos;
- (ii) dificuldade de conhecer o gasto final além da função;

**23** 1,82% e 1,02% na comparação entre 2010/2011 e 2011/2012.

**24** Em 2013 declinaram 6,17 pontos percentuais, enquanto que em 2014, a redução foi um pouco menor, correspondendo a -3,42 pontos percentuais.

**25** Crescimento médio em torno de 1,08% ao ano.

**26** A Rede de Cidadania Ativa comenta que há uma diferença entre o número de pessoas cadastradas e o número da população atendida. A Rede de Cidadania buscou conseguir esse dado, não descoberto, até a data da publicação.

**27** Focamos o recorte por função Saúde disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Essa denominação abarca itens como Atenção Básica, Assistência Hospitalar, Vigilância Epidemiológica, Alimentação e Nutrição e Demais Subfunções da Saúde.

**28** Entre 2010 e 2011 aumentou R\$ 91,18, entre 2011 e 2012 a alteração foi de 202,87, entre 2012 e 2013 a alteração foi um acréscimo de R\$ 139,72, e entre 2013 e 2014, a alteração foi de R\$ 102,65 a mais.

**29** Adjetivo que denota heroísmo, grandiosidade. Palavra que remete a Heracles, herói da mitologia grega. Traduz o significado de proeza, grande feito.

**30** Segundo Servo&Paiva, os dados do Governo Federal são disponibilizados: no Sistema de Informações Financeiras (Siafi), no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor), e podem ser acessados numa plataforma criada para a consulta, o SIGA BRASIL. Os dados de estados e municípios são divulgados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siop), gerenciado pelo Ministério da Saúde. Há ainda dados de Execução Orçamentária dos Estados e Finanças Públicas do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios (Finbra), que são consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/130327\\_notatecnicadisoc15.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnicadisoc15.pdf) Acessado em 9/07/2015.

**31** (Idem nota 8) “Gasto com atenção básica das três esferas de governo: possibilidades e limitações das análises a partir de bases de dados orçamentário-financeiras.” Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/130327\\_notatecnicadisoc15.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnicadisoc15.pdf) Acessado em 9/07/2015.

**32** (Idem nota 8) “Na análise da execução orçamentária do Ministério da Saúde, o Programa 1214 “Atenção Básica” teve recursos alocados nas subfunções 301 (Atenção Básica); Alimentação e Nutrição (306), Suporte Profilático e Terapêutico (303), Comunicação Social (131) e Administração Geral (122).”

**33** (Idem nota 8) As autoras exemplificam que dentro do arcabouço da contabilidade pública brasileira a Atenção Básica é referenciada por diferentes programas que se estendem não só ao Ministério da Saúde, como também ao Ministério da Educação (exemplificam o Programa Brasil Escolarizado), e outros ministérios. Esses fatores contribuem para a dificuldade de interpretação de dados.

- (iii) não permite saber qual o percentual do gasto é próprio ao município;
- (iv) não permite identificar as diferenças conceituais ou a parametrização comum.

Não obstante, o Indicador de Garantia ao Investimento em Saúde visa apreender o montante de gasto total naquele território.<sup>34</sup>

Acrescentamos que, segundo dados do Sistema Único de Saúde<sup>35</sup> o município de Itaboraí conta hoje com um total de 43 equipes implantadas, onde atuam 278 Agentes Comunitários de Saúde. Um balanço tendo como base a Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, e os dados de projeção populacional prevista pelo IBGE<sup>36</sup> indica que deveria haver cerca de 557 profissionais ACS para o atendimento de 100% da população do município.

Como forma de denunciar outra violação da Cidadania Garantida, a Rede de Cidadania Ativa achou relevante mapear os Pontos de Apoio dos Agentes de Endemia. A RCA de Itaboraí averiguou a listagem dos pontos de apoio, denunciando que são os próprios agentes que arranjam os lugares cedidos e que estes são simplesmente oficializados pela Prefeitura. Aqui, nota-se, que, além da falta de dados sobre o tema de endemia no município, há uma inversão de sentidos,<sup>37</sup> já que, sendo um serviço público, se espera que a própria administração pública trate de garantir a infraestrutura necessária à realização do serviço. Daí a pergunta: o que os dados oficiais revelam? Não possuem resposta nesse contexto, já que são oficiosos. Não obstante, revelam o grau de precariedade em que se encontra a Situação de Direito a Saúde em Itaboraí, revelando que este se conforma como um território de violação ao Direito à Saúde.

## Considerações finais

A Rede Cidadania Ativa de Itaboraí revelou nesta elaboração conjunta aspectos importantes, na medida em que possibilitou se aproximar das apreensões de quem vive o cotidiano dos serviços públicos, imprescindíveis ao bem estar de todos. O Mapa possibilitou verificar a não existência de serviços em diversas áreas do município. Pa-

ra os integrantes da Rede, o Mapa do Direito à Saúde pode servir para situarem-se sobre o estado do direito à saúde, possibilitando instrumentalizar denúncias e cobrar ações do poder público para ampliação e a garantia a esse direito.

No que tange ao objetivo de olhar para a Atenção Básica conformada pela oferta de estabelecimentos que realizam o atendimento primário à saúde da sociedade, constataram-se demandas por mudanças para a melhoria dos serviços ofertados. Do processo conclui-se que há uma conjuntura de insatisfação por parte dos trabalhadores da saúde. Para a construção do Mapa da Saúde de Itaboraí enfrentaram-se dificuldades inerentes a esse território, como a falta de dados por parte da administração pública e mesmo informações não atualizadas disponíveis em sites oficiais (CNES, Datasus, Siab). Registra-se que, apesar de encaminhamentos de ofícios<sup>38</sup> à Secretaria de Saúde, até a presente data ela não forneceu as informações solicitadas.<sup>39</sup>

O Direito à Saúde é violado, seja pela carência nas estruturas do sistema de serviços de saúde que se materializam, seja na falta de estruturas de apoio aos trabalhadores da saúde, seja no número insuficiente de profissionais. Fatores como a falta de informações junto à Secretaria de Saúde e “falta de pernas e braços” para percorrer o município e rodar as estruturas administrativas são questões a superar junto ao processo de ampliação da Rede, que está por vir.

O esforço de formação de uma Rede coletiva e participativa foi um ganho para o município de Itaboraí. O desenvolvimento de um olhar para o município a partir da abordagem dos direitos possibilitou a construção de uma cartografia social simples, mas eficaz. Eficaz na evidência da distribuição, na denúncia da falta de qualidade e das problemáticas existentes nos serviços públicos de saúde. A inserção social da Rede, o delineamento e a visibilidade de suas demandas alimentam e organizam a luta cidadã que deve permanecer ativa na sociedade.

A falta da garantia do acesso à informação apareceu como fator que afeta a efetividade do direito à saúde. Durante os encontros para a construção do Mapa da Saúde, a Rede de Cidadania Ativa passou a ter conhecimento de demandas e problemas comuns aos diferentes profissionais da saúde.

<sup>34</sup> (Idem nota 5).

<sup>35</sup> [http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php) Acessado em 01.07.2015.

<sup>36</sup> Aponta para a existência de 222.618 habitantes.

<sup>37</sup> “Os lugares que funcionam como estruturas de apoio a um serviço público são ‘arrumados’ por funcionários e oficializados pela administração pública.” Declaração de participantes da Rede de Cidadania Ativa.

<sup>38</sup> Foi enviado ofício para a Subsecretaria de Vigilância de Saúde solicitando: Mapa de endemias por polo; Número de agentes cadastrados (Funasa/antiga Sucam/Endemias); Levantamento de índice de dengue com base no LIA); Orçamento público do município e repasse dos governos federal/estadual investidos para o controle de endemias (2010-2015).

<sup>39</sup> Além do mencionado, apontam também a necessidade da contratação de assistentes sociais para as unidades de atendimento, observando que esses/as profissionais contribuiriam para a qualidade do serviço prestado aos pacientes e familiares que sofrem com a falta de informação e de atenção por parte das equipes de saúde.

## Referências

- BANDEIRA, Lúcio Henrique. Indicadores de ações de saneamento e seus impactos sobre a saúde pública articulados com as políticas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos./ Rio de Janeiro: s.n., 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; 1988 Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm). Acesso em junho de 2015.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília; 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Bibliografia. Acesso em junho de 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Manual Instrutivo. Brasília 2012.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde - 2015/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.
- LIMA, Geânia S.P. e CARVALHO SAMPAIO, Helena Alves de. Influência de fatores obstétricos, socioeconômicos e nutricionais da gestante sobre o peso do recém-nascido: estudo realizado em uma maternidade em Teresina, Piauí. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 4 (3): 253-261, jul./set., 2004. ISBN 978-85-334-2267-4.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizados da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte.abril 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. Secretaria Municipal de Saúde. Decreto nº 80, de 20 de outubro de 2010. Institui a vigilância em saúde, dispõe sobre normas relativas à saúde no município de Itaboraí, e dá outras providências.
- RAMOS, Carlos Alberto. Aspectos Distributivos do Gasto Público na Saúde. Planejamento e políticas públicas (ppp). n.24. dez.2001.
- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
- RUGOLO LM. Peso de nascimento: motivo de preocupação em curto e longo prazo. J Pediatr (Rio J). 2005; 81:359-60.
- TROTTA YARYD, Anna et al. Saúde Cidadão. Guia de Informação sobre serviços públicos - pessoa idosa.

## Fontes

- Relatório - Reunião da Rede de Cidadania de Itaboraí: apropriação e treinamento do projeto Incid, 17 de janeiro de 2015. Incid, 2015.
- Relatório - Grupos de diálogo para construção dos mapas intramunicipais dos indicadores, 03 de fevereiro de 2015.Incid, 2015.
- Relatório - Grupos de diálogo para construção dos mapas intramunicipais dos indicadores, 03 de março de 2015. Incid, 2015.
- Relatório - Relatório síntese das Rodas de Diálogo. Incid, 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (<http://www.ibge.gov.br/home/>) Acesso em junho de 2015.
- Site da Petrobras. <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm> Acesso em junho de 2015.
- Site Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Fiocruz ; FASE. <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php> Acesso em junho de 2015.
- Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009.
- Ministério da Saúde. Portaria No 1.399, de 15 de dezembro de 1999. / [http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files\\_mf/Pm\\_1399\\_1999.pdf](http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_1399_1999.pdf) Acesso em junho de 2015.
- Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan.
- Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011.
- [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html) Acesso em junho de 2015.

## 4.2 - DIREITO SOCIAL E ECONÔMICO E O DIREITO COLETIVO À CULTURA

Faz parte da Cultura o conjunto de conhecimentos, costumes, ideias, comportamentos, símbolos, manifestações artísticas e técnicas, crenças e práticas sociais que são passados de geração em geração pelo seres humanos em sociedade. Ela inclui, contudo, elementos com práticas e subjetividades específicas.

A política cultural, nesse sentido, deve considerar o princípio do pluralismo cultural e ser capaz de facilitar a participação popular na concepção e gestão de suas políticas. O Direito à Cultura representa o respeito à memória coletiva, o respeito à universalidade e, ao mesmo tempo, às especificidades que determinados grupos possuem e que são condições necessárias para sua reprodução cultural e social. Democratizar a cultura é dar condições a todos e todas, independentemente de sua condição social, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio ou ocupação, de acessar bens e serviços culturais com igualdade de oportunidades.

OS DOCUMENTOS, AS OBRAS DE ARTE, AS TÉCNICAS, OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, OS BENS NATURAIS E E OS PRODUZIDOS PELA HUMANIDADE, MATERIAIS OU IMATERIAIS DE VALORES HISTÓRICO ARTÍSTICO E/OU CULTURAL ETC., COM SUAS POSSIBILIDADES DE EXPRESSÕES ILIMITADAS, SÃO BENS COMUNS E COLOCAM O DIREITO À CULTURA ENTRE OS DIREITOS COLETIVOS. AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS SÃO PRODUZIDAS COLETIVAMENTE, E RESULTAM DA INTERAÇÃO E DA CRIATIVIDADE HUMANA, QUE SÓ FAZEM SENTIDO SE FOREM DESENVOLVIDAS E APROPRIADAS COLETIVAMENTE. JÁ O ACESSO AO CONSUMO CULTURAL E A TODAS AS FORMAS QUE AUXILIAM NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA ARTÍSTICA, NA PRODUÇÃO E NA REPRODUÇÃO CULTURAL É PARTE DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. O DIREITO À CULTURA, ASSIM CONSIDERADO DIZ RESPEITO AO ACESSO ÀS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS E DEVE SE DAR DE FORMA IGUALITÁRIA A TODOS E TODAS, SEM PRIVILÉGIOS.

Os Mapas da Cidadania do Direito à Cultura produzidos pela Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí buscam dar visibilidade aos valores, patrimônios, expressões, equipamentos e espaços culturais.

A cultura é o reflexo do modo de vida de uma sociedade, é a identidade de um povo. É pela cultura que se definem os modos de agir e pensar coletivamente enquanto um grupo social.

Um processo de desenvolvimento sustentável, onde as estruturas tradicionais sejam conservadas, valorizadas e contempladas em seu projeto, representa um enorme desafio aos gestores públicos e à cidadania ativa de forma a garantir que sejam valorizadas como referência de uma diversidade criativa e cultural, referência e identidade àqueles que vivem e constroem o território em sua vida cotidiana.

O aspecto legal que garante a proteção e manutenção de documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e bens de valores histórico, artístico e cultural que devem ser garantidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios e o esforço que cada unidade da federação implementa, fala da **Cidadania Garantida**, precisa também ser contemplado na análise.

Os Direitos Culturais, no Brasil encontram-se normatizados na Constituição Federal de 1988, que reconhece que todos os cidadãos brasileiros devem ter o efetivo exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a liberdade das manifestações culturais.<sup>40</sup> É papel estatal financiar atividades culturais que garantam a preservação da diversidade das manifestações culturais.

As políticas de efetivação do direito de acesso à cultura se deram, principalmente, pela Constituição Federal, pela Lei Rouanet,<sup>41</sup> pelo Programa Nacional de Cultura e pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que representam marcos significativos na trajetória das políticas relativas à cultura no Brasil.

<sup>40</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais."

<sup>41</sup> A Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como a Lei de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet, implementou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) cuja finalidade é estimular "a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções. O Programa estabeleceu os seguintes mecanismos de apoio: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Incentivo Fiscal e Fundo Nacional da Cultura (FNC). O primeiro consiste na comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial, com participação dos investidores nos eventuais lucros, mas, até o momento, não foi implementado. (Ministério da Cultura. Pronatec: <http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>- Texto atualizado em 03/07/2014 e acessado em 21/08/2015.)

O PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC) POSSUI A FINALIDADE DE PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA. ENTRE SEUS OBJETIVOS ESTÃO "O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ASSEGUREM O DIREITO CONSTITUCIONAL À CULTURA; A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA DIVERSIDADE ÉTNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL; A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À PRODUÇÃO E FRUIÇÃO DA CULTURA EM TODO O TERRITÓRIO; A INSERÇÃO DA CULTURA EM MODELOS SUSTENTÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA PÚBLICO E PARTICIPATIVO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS." ([HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA-PNC-](http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc-))

O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS (SNIIC) É UMA PLATAFORMA QUE VISA OFERECER INFORMAÇÕES AOS AGENTES CULTURAIS E À SOCIEDADE COMO UM TODO ATRAVÉS DO CADASTRO E CONSULTA DE INFORMAÇÕES CULTURAIS ATUALIZADAS. O SNIIC PERMITE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E OFERECE TAMBÉM METODOLOGIAS E PARÂMETROS À MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE DO CAMPO CULTURAL E DAS NECESSIDADES SOCIAIS POR CULTURA. DESSA FORMA, PRETENDE AJUDAR NA FORMULAÇÃO, NO MONITORAMENTO, NA GESTÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. O SNIIC ESTÁ EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO. ([HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/SISTEMA-NACIONAL-DE-INFORMACOES-E-INDICADORES-CULTURAIS-SNIIC-](http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic-))

O Plano Nacional de Cultura - PNC conta com a participação dos Poderes Executivo Federal e Legislativo e da sociedade civil. Este tem como meta o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Atualmente, isso representaria 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020.

O PONTO DE CULTURA É UMA AÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA-MINC QUE, DESDE 2007, APOIA INICIATIVAS CULTURAIS BEM-SUCEDIDAS DA SOCIEDADE CIVIL. ELES INTERAGEM COM PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO E DE OUTROS MINISTÉRIOS. COMO ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL, ELES POSSUEM CERTIFICADO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E TÊM O PODER DE PENETRAR NOS TERRITÓRIOS, NAS COMUNIDADES EM SETORES VULNERÁVEIS E MÉDIOS (JUVENTUDE URBANA, PERIFÉRICA, UNIVERSITÁRIA, JOVENS ARTISTAS ETC.) CAPAZES DE PARTIR DA CULTURA E DESENVOLVER UMA DISPUTA SIMBÓLICA E ECONÔMICA COM NOVOS ARRANJOS PRODUTIVOS, FAZENDO DA CULTURA UMA ALTERNATIVA DE VIDA, DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL. NESSE PROCESSO FAZEM PARTE OS PONTOS DE CULTURA VOLTADOS PARA ARTICULAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CAPACITAÇÃO, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E AÇÕES CONJUNTAS DE ATIVIDADES CULTURAIS EM PARCERIA COM AS REDES REGIONAIS, IDENTITÁRIAS, TEMÁTICAS DE PONTOS DE CULTURA E COM GOVERNOS LOCAIS, FUNDAMENTAIS PARA A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS.

Efetuar um mapeamento participativo relativo ao direito à cultura que dê visibilidade à localização dos espaços de cultura nos municípios e, ao mesmo tempo, visibilize as carências e desigualdades do acesso à cultura é o objetivo geral da proposta dos Mapas de Cultura.

A Cidadania Ativa de Itaboraí que participou da construção do Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Itaboraí contém 69 manifestações culturais. Destas, foram identificados:

- 49 Patrimônios Culturais Materiais,
- 06 Patrimônios Culturais Imateriais,
- 07 Expressões Culturais e
- 07 Equipamentos Culturais.

Entre os Patrimônios Culturais Materiais, estão presentes as Ruínas do Casarão do Visconde de Itaboraí em Porto das Caixas, as ruínas do Convento São Boaventura em Porto das Caixas, os prédios históricos da Prefeitura de Itaboraí e da Secretaria de Educação; alguns elementos de origem ferroviária, como o Primeiro Túnel Ferroviário do Brasil, a Base Ferroviária, a Estação Ferroviária de Venda da Pedras e de Visconde de Itaboraí. Todos remetem à lembrança da importância que o município teve durante o período colonial, assim como a Estrada Pé de Moleque e várias Capelas e Igrejas Católicas: de São Barnabé, de Nossa Senhora Aparecida, de Nossa Senhora Aparecida de Cabuçu, de Nossa Senhora das Dores, de Nossa Senhora das Graças, de Nossa Senhora do Desterro, de Santo Antônio, de São José, de Nossa Senhora da Conceição, de São Judas Tadeu, de Santo Antônio, de São João Batista e de São Pedro.

### PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL É ALGO CONCRETO (BEM MÓVEL OU IMÓVEL) QUE POSSUI VALOR CULTURAL. ELE PODE SER DE NATUREZA ARQUEOLÓGICA, PAISAGÍSTICA E ETNOGRÁFICA; HISTÓRICA; BELAS-ARTES; E DAS ARTES APLICADAS. EXEMPLOS: NÚCLEOS URBANOS, COLEÇÕES, SÍTIOS (ARQUEOLÓGICOS E PAISAGÍSTICOS) E ACERVOS (MUSEOLÓGICOS, DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICOS, ARQUIVÍSTICOS, VIDEOGRÁFICOS, FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRÁFICOS).

As manifestações dos Patrimônios Culturais Imateriais de Itaboraí se mostram presentes nas festas religiosas de Cavalgada de São Jorge, na Festa de São João, na de São Pedro, na de São Barnabé e na de Nossa Senhora da Conceição. A Folia de Reis, em Areal, e a Feira Nordestina, no Centro de Itaboraí, também são destaque.

### PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL ESTÁ RELACIONADO AOS SABERES, ÀS HABILIDADES, ÀS CRENÇAS, ÀS PRÁTICAS E AO MODO DE SER DE PESSOAS E GRUPOS.

EXEMPLOS: CONHECIMENTOS TÍPICOS DE DETERMINADAS COMUNIDADES; RITUAIS E FESTAS RELIGIOSAS; MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS, MUSICAIS, PLÁSTICAS, CÊNICAS E LÚDICAS; ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS COMO FEIRAS, SANTUÁRIOS, PRAÇAS, ETC.

Como Expressões Culturais, são apresentados o Encontro de Motociclistas que ocorre no Centro de Itaboraí, o Campeonato de Futebol, o Coletivos Periféricos e o movimento cultural Convergência, que se manifesta no Beco do Rock.

### EXPRESSIONÃO CULTURAL

A EXPRESSÃO CULTURAL É RESULTADO DA CRIATIVIDADE DOS INDIVÍDUOS, DOS GRUPOS, DAS COMUNIDADES E DAS SOCIEDADES EM GERAL. ELA É DOTADA DE DIMENSÕES SIMBÓLICAS E ARTÍSTICAS QUE RETRATAM OS VALORES CULTURAIS DAQUELES QUE A DESENVOLVEM. SUA TRANSMISSÃO SE DÁ POR ATIVIDADES, BENS E SERVIÇOS CULTURAIS.

### ESPAÇO CULTURAL / EQUIPAMENTO CULTURAL

ESPAÇO CULTURAL OU EQUIPAMENTO CULTURAL É UM LOCAL ONDE OCORREM TROÇAS E DISSEMINAÇÕES DA CULTURA. NELE, OS CIDADÃOS E CIDADÃS PODEM TER ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS.

EXEMPLOS: MUSEU, TEATRO, SALA DE ESPETÁCULO, ARQUIVO PÚBLICO, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, CINEMA E CENTRO CULTURAL.

A Biblioteca Municipal Joaquim Manoel de Macedo, a Feira do Livro, o Estádio Municipal Alziro de Almeida (Alzirão), o Teatro João Caetano e a Exposição Permanente do CIEP 424 Pedro Amorim são os Equipamentos Culturais ressaltados no Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Itaboraí.

### Cidadania Vivida

A realidade cultural de Itaboraí é vivida com lembranças do passado, contidas em suas construções do período colonial, alimentadas pela reprodução e reafirmação de festas e tradições. A juventude de Itaboraí também exerce sua criatividade a partir de movimentos culturais que ganham expressão no município.

No centro do município, a Praça Marechal Floriano Peixoto é uma referência histórica e cultural. Nela encontram-se a Biblioteca Municipal Joaquim Manuel de Macedo, a Igreja São João Batista; os prédios históricos da Prefeitura (antigo Palacete do Visconde de Itaboraí), da Secretaria de Educação e da Câmara Municipal; o Teatro Municipal João Caetano; a Tábua dos Dez Mandamentos;



o Busto também do médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo e a placa oficial que marca a presença do projeto “Caminhos de Darwin” em Itaboraí.

A praça é palco de eventos como a Itaflores, exposição de plantas e flores ornamentais de Itaboraí que acontece desde 2003, o Encontro Nacional de Motociclistas de Itaboraí, que, desde 1996, integra o calendário de festejos de aniversário do município, e a Feira do Livro da Cidade de Itaboraí (Felicita).

A Felicita esteve em sua 21ª edição em 2014. A Rede de Itaboraí critica o fato de esse evento ter sido transferido para o Clube Vera Gol em Outeiro das Pedras, por ser um local privado. Segundo a Rede, era mais democrático na Praça porque nela não havia locais privilegiados. Já no Clube Vera Gol, a Feira do Livro passou a ter áreas de acesso comum a todos e áreas privadas, tidas como “vips”, onde ocorrem atrações restritas a poucos.

O PROJETO EXPEDIÇÃO “CAMINHOS DE DARWIN”, QUE OCORREU DE 26 A 29/11/2008 FOI ORGANIZADO PELO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA CASA DA CIÊNCIA DA UFRJ E DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS (DRMR) E TEVE COMO OBJETIVO REFAZER O TRAJETO TRAÇADO POR CHARLES DARWIN QUANDO ESTEVE NO RIO DE JANEIRO EM 1832 EM 12 CIDADES (RIO DE JANEIRO NITERÓI, MARICÁ, SAQUAREMA, ARARUAMA, SÃO PEDRO DALDEIA, CABO FRIO, CASIMIRO DE ABREU/BARRA DE SÃO JOÃO, MACAÉ, CONCEIÇÃO DE MACABU, RIO BONITO E ITABORAÍ) QUE FAZEM PARTE DO CAMINHO FEITO EM 18 DIAS A CAVALO PELO CIENTISTA

O bairro de Porto das Caixas representa “Itaboraí Antigo”, onde está o Primeiro Túnel Ferroviário do Brasil que, juntamente com a Estrada Pé de Moleque (1º calçamento a ser feito como estrada), o Convento São Boaventura (1667) e o Casarão do Visconde de Itaboraí, fazem parte da Exposição Permanente da Estação Ferroviária de Visconde (localizada no CIEP 424 - Pedro Amorim) que visa promover o resgate do Patrimônio Cultural tombado do município.

A importância de que os elementos da cultura municipal de Itaboraí sejam trabalhados nas escolas ganha destaque na voz da Rede de Cidadania Ativa do município, que produziu o Mapa da Cidadania do Direito à Cultura. Essa importância se dá para a promoção, o conhecimento, o entendimento e a identidade cultural de Itaboraí, porém, reconhecem que é uma necessidade que ainda não foi alcançada. O médico, escritor, jornalista e professor, natural de Itaboraí e autor de *A Moreninha*, entre outras obras da literatura brasileira, Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, é homenageado com um busto no município, porém há moradores que desconhecem sua trajetória política e literária.

As festas religiosas também marcam o calendário de Itaboraí. A Rede destaca a Festa de São Pedro, em Venda das Pedras, como uma tradicional referência cultural.

“A FESTA DE SÃO PEDRO EM VENDA DAS PEDRAS É ONDE SEMPRE FUI COM MEUS PAIS E AINDA HOJE EU VOU. ATÉ ME ARRUMO PARA PASSEAR NA FESTA.” (GRUPO DE DIÁLOGO/REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ)

O Beco do Rock desponta como um espaço da juventude. Localizado na Travessa Espírito Santo, no Centro do município, é caracterizado como espaço dos roqueiros, é onde ocorre o movimento cultural Convergência.

O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro<sup>42</sup> é um banco de dados da Cultura do Estado do Rio de Janeiro e nele constam oficialmente o Beco do Rock, a Biblioteca Municipal Joaquim Manuel de Macedo, a Felicita, a Capela Nossa Senha do Desterro, em Pachecos, a Itaflores e o Roteiro de Darwin.

## Cidadania Garantida

Algumas manifestações da cultura de Itaboraí estão protegidas por medidas legislativas que garantem a manutenção de Patrimônios Culturais, como o prédio da Câmara Municipal, com tombamento definitivo pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPC) em 16/04/1979. Da mesma forma, a Capela Santo Antônio (1970) e a Igreja São João Batista (18/03/1970), o Casarão do Visconde de Itabo-

<sup>42</sup> O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura. Patrocinado pela Petrobras e coordenado pela agência Diadorim Ideias, tem o objetivo de mapear e divulgar os principais patrimônios e manifestações culturais e artistas populares dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Mapa de Cultura do RJ. <http://mapadecultura.rj.gov.br>)

raí (1964) e o Teatro Municipal João Caetano, como parte do conjunto memorial arquitetônico do Centro Histórico de Itaboraí, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O INSTRUMENTO MAIS TRADICIONAL DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL É O TOMBAMENTO. ELE FOI INSTITUÍDO PELO DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 EM VIGOR AINDA HOJE. O OBJETIVO DO TOMBAMENTO É DAR PROTEÇÃO A UM BEM CULTURAL, OU SEJA, IMPEDIR QUE ELE DESAPAREÇA, AGINDO PARA QUE ELE SEJA MANTIDO, PRESERVADO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES. "DE ACORDO COM O DECRETO-LEI, O PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL É DEFINIDO COMO "CONJUNTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EXISTENTES NO PAÍS E CUJA CONSERVAÇÃO É DE INTERESSE PÚBLICO, QUER POR SUA VINCULAÇÃO A FATOS MEMORÁVEIS DA HISTÓRIA DO BRASIL, QUER POR SEU EXCEPCIONAL VALOR ARQUEOLÓGICO OU ETNOGRÁFICO, BIBLIOGRÁFICO OU ARTÍSTICO" (BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR](http://portal.iphan.gov.br)). AS NECESSIDADES DE SE CRIAR UM REGISTRO DE BENS IMATERIAIS FORAM ATENDIDAS PELO DECRETO Nº 3551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000, QUE CONSOLIDOU O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL, E PELO PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (PNPI). DESDE 2004, A SALVAGUARDA DOS BENS IMATERIAIS ESTÁ COM O DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (DPI).

A Lei Municipal nº 1.305 de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre os bens do patrimônio histórico e artístico de Itaboraí, e o Decreto nº 112 de 30 de outubro de 1996, são destaque nas medidas municipais que consolidaram os tombamentos das Igrejas de São Barnabé e Nossa Senhora da Conceição, do Túnel Ferroviário de Porto das Caixas, do Prédio da Secretaria Municipal de Educação, da Estação Ferroviária de Visconde de Itaboraí, do Cemitério de Porto das Caixas, do Túmulo de Alberto Torres e do Parque Paleontológico São José de Itaboraí, que foram identificados pela Rede da Cidadania Ativa de Itaboraí, e outros que, juntos, formam um total de 31 bens tombados pela instância municipal.

TOMBAMENTOS PELO DECRETO 112 DE 30 DE OUTUBRO DE 1996: 1) SEDE DA FAZENDA MONTEVIDIO, 2) RUÍNAS DA FAZENDA PATRIMÔNIO, 3) CAPELA DA FAZENDA SÃO TOMÉ, 4) CAPELA DA FAZENDA ITAPACORÁ, 5) TORRE SINEIRA DA FAZENDA MONTEVIDIO, 6) IGREJA DE SÃO BARNABÉ, 7) CASA NA PRAÇA DE SÃO BARNABÉ, 8) IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 9) TÚNEL FERROVIÁRIO DE PORTO DAS CAIXAS, 10) PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 11) BUSTO DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, 12) BUSTO DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 13) BUSTO DE ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, 14) MARCO DE FUNDAÇÃO DA VILA SÃO JOSÉ DEL REY, 15) PORTA DE GRADES DO PRÉDIO DA ANTIGA CASA DA CÂMARA E CADEIA PÚBLICA DE ITABORAÍ, 16) PRÉDIO DE UM ANTIGO ARMAZÉM NA RUA ANCHIETA Nº 28, 17) PRÉDIO DE UM ANTIGO ARMAZÉM NA RUA ANCHIETA Nº 30, 18) ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ITAMBI, 19) ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VISCONDE DE ITABORAÍ, 20) CEMITÉRIO DE PORTO DAS CAIXAS, 21) RUÍNAS DA TORRE SINEIRA DA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ, 22) IGREJA NOSSO SENHOR DO BONFIM, 23) TÚMULO DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, 24) IGREJA NOSSA SENHORA DO AMPARO, 25) CASA DE CULTURA HELOÍSA ALBERTO TORRES, 26) QUADRO DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO DE AUTORIA DE AUGUST PETIT, 27) ESCUDO DO BRASIL IMPÉRIO, 28) BRASÃO DE ARMAS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 29) TÚMULO DE ALBERTO TORRES, 30) SÍTIO PALEONTOLÓGICO E 31) SEDE DA FAZENDA CABUÇU.

Itaboraí caminha por um processo de recuperação de elementos e manifestações culturais, buscando ampliar o acesso e a manutenção destes, de maneira que possam garantir o Direito à Cultura por medidas que assegurem à população os seus bens culturais. Porém, apesar de um aparente esforço do poder público local no fomento de espaços e expressões culturais, a ausência de cinema e de políticas educacionais culturais voltadas para a reprodução da identidade cultural local revela a falta de garantia do poder público local para a efetividade desse direito no município.

## Cidadania Percebida

A Rede de Cidadania Ativa percebe a dificuldade de fazer com que determinados elementos culturais se tornem referência e se perpetuem como parte da identidade de uma comunidade.

A Feira Nordestina, no Centro de Itaboraí, presente na memória de infância de membros da rede, está incorporada como natural pelos seus frequentadores atuais, que desconhecem sua origem ligada aos migrantes nordestinos presentes no município.

O município é conhecido também pelas atividades de produção de cerâmica e tijolo. A presença da Torre da Cerâmica no Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Itaboraí tem o sentido de recuperar essa característica.

"A TORRE DO CENTRO SEMPRE FOI A NOSSA REFERÊNCIA, LEMBRO QUE OS MEUS TIOS VINHAM DE NITERÓI E MARCAVAM COM MEU PAI EM FRENTE À TORRE LÁ TINHA UM PONTO DE ÔNIBUS E MUITAS BARRAQUINHAS." (GRUPO DE DIÁLOGO/REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ)

Outra percepção interessante a ser destacada no Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Itaboraí refere-se ao milagre da imagem do Cristo Crucificado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Porto das Caixas. A imagem teria derramado gotas de um líquido vermelho, identificado anos depois como sangue. Esse fenômeno aconteceu em 26 de janeiro de 1968 e levou à localidade uma enorme quantidade de peregrinos na época. Atualmente, apesar de ainda receber alguns poucos turistas, já tendo saído das mídias, o fenômeno não atrai mais tantos fiéis.

Contudo, a percepção da Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí expressa no Mapa da Cidadania do Direito à Cultura é caracterizada pela concentração de manifestações culturais no Centro do Município e em Porto das Caixas. Nele, podemos identificar que há ausência de atividades culturais em grande parte do município, o que revela uma desigualdade, um privilégio no acesso ao Direito à Cultura quando restringe a um grupo seus elementos e serviços culturais.

## Cidadania Ativa

As ações da cidadania em Itaboraí, no Direito à Cultura, trazem à tona a figura de Seu Pulu, um falecido senhor comerciante que conhecia toda a antiga história da localidade e a repassava a quem se interessasse. A Casa de Seu Pulu, localizada ao lado do rio Aldeia e próximo à antiga estação ferroviária de Porto das Caixas e ao lado também de seu comércio, é um objeto da luta da Cidadania Ativa do território, que tem se mobilizado para que o imóvel seja reconhecido como Patrimônio Cultural Material do município.

Outra ação da cidadania em Itaboraí, no Direito à Cultura, é a revitalização dos Patrimônios Culturais localizados em Visconde de Itaboraí e Porto das Caixas, entres eles a Estação Ferroviária de Visconde de Itaboraí, a Estrada de Pé de Moleque e o Primeiro Túnel Ferroviário do Brasil. Uma ação realizada pelos moradores locais, Associações e Movimentos ligados à Preservação Ferroviária é o movimento de luta pela preservação dos Patrimônios materiais e imateriais de Itaboraí, desenvolvendo ações coletivas de denúncias sobre o abandono e o descaso dos Patrimônios, por exemplo o mutirão de limpeza e abraço simbólico na Estação Ferroviária Visconde de Itaboraí, tendo o objetivo de denunciar a depredação e construir nesse espaço o Centro Cultural Estação Ferroviária Visconde de Itaboraí.

Existe uma grande luta no município em busca do acesso ao Patrimônio símbolo da cidade, as ruínas do Convento São Boaventura, que atualmente se encontra na área do Comperj, impossibilitando toda a população de visitá-lo, fato que já vem sendo denunciado pela Associação de Moradores de Porto das Caixas, onde já ocorreu uma reunião com uma grande comissão da Associação e representantes da Petrobras para debaterem essa questão.

AS RUÍNAS DO CONVENTO SÃO BOAVENTURA ENVOLVIDAS POR UM CENÁRIO NATURAL DE EXTREMA BELEZA, AS RUÍNAS DO CONVENTO SE DESTACAM MAJESTOSAS NO SÍTIO, ONDE EXISTIU NO SÉCULO XVIII A ANTIGA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ APRESENTA O MESMO PARTIDO ARQUITETÔNICO DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - CASA CONVENTUAL, TORRE SINEIRA, IGREJA E CAPELA DA IRMANDADE - AMBOS DA ORDEM FRANCISCANA EM 1874 INICIOU-SE A CONSTRUÇÃO DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA. DE 1829 A 1840, UMA EPIDEMIA DIZIMOU A POPULAÇÃO DA VILA E CAUSOU O ABANDONO DO CONVENTO PELOS FRANCISCANOS. EM 1922 AS RUÍNAS PASSARAM AOS BENEDITINOS E, POSTERIORMENTE, AS TERRAS FORAM VENDIDAS A DIVERSOS PROPRIETÁRIOS. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC) WWW.INEPACRJ.GOV.BR/INDEX.PHP/BENS\_TOMBADOS/DETALHAR/93 HTTP://WWW.INEPACRJ.GOV.BR/INDEX.PHP/BENS\_TOMBADOS/DETALHAR/93)

## Referências

- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). <http://portal.iphan.gov.br>
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Cultura. <http://pnc.culturadigital.br/>
- \_\_\_\_\_. Portal Brasil. <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. <http://www.cultura.gov.br/documents/10877/666696/2a+edi%C3%A7%C3%A3o+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Cultura+-+terceira+parte/2a4d6355-bed5-4f8f-9024-d045511efd80>
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mapa de Cultura do RJ. <http://mapadecultura.rj.gov.br>
- \_\_\_\_\_. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) <http://www.inepac.rj.gov.br>
- \_\_\_\_\_. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) [www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/93](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/93)
- ITABORAÍ- LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. Decreto 112 de 30 de outubro de 1996. [http://www.legislaitaborai.com.br/decretos/1996/112\\_96.pdf](http://www.legislaitaborai.com.br/decretos/1996/112_96.pdf) Acesso em 27/05/2015.
- O GLOBO. Expedição Caminhos de Darwin começa pelo Jardim Botânico. Publicado por Governo do Estado do Rio de Janeiro (extraído pelo JusBrasil) - 25/11/2008. <http://gov-rj.jusbrasil.com.br/noticias/247012/expedicao-caminhos-de-darwin-comeca-pelo-jardim-botanico> Acesso em 07/07/2015.
- O GLOBO. Vigília lembra o milagre de Porto das Caixas. Sangue teria saído da imagem do Cristo Crucificado. 24/01/2015. <http://oglobo.globo.com/rio/vigilia-lembra-milagre-de-porto-das-caixas-15142973> Acesso em 23/06/2015.
- SASI - Sociedade Amigos da Cultura de Itaboraí. 10 de dezembro de 2008. <http://sacitaborai.blogspot.com.br/2008/12/itabora-recebeu-o-projeto-caminhos-de.html> Acesso em 03/05/2015.
- UNESCO <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/>
- UNESCO, Cultura e desenvolvimento sustentável no Brasil. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/culture-and-development/>
- \_\_\_\_\_. Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> Acesso em 02/06/2015.
- \_\_\_\_\_. Instrumentos Internacionais da Unesco em Cultura. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/international-instruments-clt/#c154460>

### 4.3 - O DIREITO CIVIL E POLÍTICO À PARTICIPAÇÃO E À AÇÃO CIDADÃ

A participação social de cidadãos e cidadãs é parte imprescindível dos Direitos Civis e Políticos, vital para o desenvolvimento e a garantia de uma Democracia plena. A democracia só existe se conduzida pela cidadania.

A Cidadania Ativa é o sujeito coletivo capaz de radicalizar a democracia. É na luta pelos direitos de cidadania que os diferentes sujeitos coletivos se reconhecem e legitimam, a partir de princípios, valores, direitos e regras comuns, como expressões mesmas de cidadania. As lutas em interação com o poder político são condições básicas de democracia que só se radicalizam quando os sujeitos coletivos ocupam a arena política, segundo regras democráticas, com a garantia do direito ao protagonismo de suas demandas, do direito às suas vozes e identidades.

Os direitos deixam de ser direitos e passam a ser privilégios se a relação política não for partilhada coletivamente com igualdade e responsabilidades.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 É MARCA DE UMA AMPLIAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DA REPÚBLICA QUE NÃO SE LIMITOU AO RESTABELECIMENTO DE ELEIÇÕES PARA AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, MAS ADOTOU A PARTICIPAÇÃO DIRETA DOS CIDADÃOS E CIDADÃS NAS DECISÕES PÚBLICAS. ELA TRAZ O RECONHECIMENTO DE QUE A SOCIEDADE CIVIL DEVE TER, MAIS DO QUE NUNCA, UM PAPEL ATIVO NA FISCALIZAÇÃO E NO CONTROLE DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

"O CIDADÃO É O INDIVÍDUO QUE TEM CONSCIÊNCIA DE SEUS DIREITOS E DEVERES E PARTICIPA ATIVAMENTE DE TODAS AS QUESTÕES DA SOCIEDADE TUDO O QUE ACONTECE NO MUNDO SEJA NO MEU PAÍS, NA MINHA CIDADE OU NO MEU BAIRRO. ACONTECE COMIGO ENTÃO EU PRECISO PARTICIPAR DAS DECISÕES QUE INTERFEREM NA MINHA VIDA. UM CIDADÃO COM UM SENTIMENTO ÉTICO FORTE E CONSCIÊNCIA DA CIDADANIA NÃO DEIXA PASSAR NADA. NÃO ABRE MÃO DESSE PODER DE PARTICIPAÇÃO." (SOUZA, HERBERT DE - BETINHO - ÉTICA E CIDADANIA. SÃO PAULO. MODERNA, 1994)

Apesar das vitórias alcançadas constitucionalmente em nosso país, vitórias que só foram possíveis por uma grande participação popular, a Cidadania Ativa se encontra diante de um novo desafio voltado para a radicalização da democracia e para a garantia de que não haja retrocesso em direitos constitucionalmente conquistados.

Esse desafio é marcado pela força do novo desenvolvimentismo, que, ao se colocar acima de valores próprios da justiça social e da gestão sustentável dos territórios, viola o processo democrático. O uso humano do território qualifica a sua organização e lhe dá sentido histórico, tornando-o parte de um processo de construção coletiva resultado de luta e de negociação permanentes, em que há perdas e ganhos relativos para todos.

O desenvolvimento social de fato só ocorre com a participação efetiva das pessoas em seus espaços comunitários, fiscalizando, controlando e tomando iniciativas nos temas pertinentes às suas realidades.

O Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã de Itaboraí contribui para revelar o retrato da própria Cidadania Ativa a partir de seus contextos de luta, visibilizando e qualificando os Espaços de cidadania que atuam no município.

A construção de mapas do Direito à Participação e Ação Cidadã utilizou as informações do cadastro no Banco de Dados de Espaço e Ações Cidadãs (BDEAC)<sup>43</sup> do Incid.

O BDEAC tem como objetivo auxiliar na formação de uma cidadania cada vez mais articulada, com ampla possibilidade de atuação autônoma e formação de identidade de grupo. A partir da formação de ações coletivas e da composição de uma cidadania ativa autônoma é possível termos o conjunto de Direitos Humanos, em sua integridade e indivisibilidade.

Se a legalidade dos Direitos se dá pela formação e institucionalização de leis e normas, sua legitimidade só acontece pelas lutas da cidadania, que permite, constantemente, uma nova dimensão à conquista de novos direitos. A Cidadania Ativa é uma cidadania estratégica, capaz de formar sujeitos capazes de se impor pela dinâmica dos conflitos vividos pela sociedade, em especial, nas lutas políticas.

O BDEAC é uma ferramenta voltada para ajudar a Cidadania Ativa na transformação de situações objetivas de luta quando permite comparações no tempo e no espaço dos problemas sociais e da evolução ou não desses problemas. Ele instrumentaliza as instituições e lideranças locais na formação de uma rede associativa e dá visibilidade às suas atuações, funcionando como um espelho no qual a própria Cidadania Ativa é refletida, permitindo uma autoavaliação através de indicadores que contemplem o estado da cidadania no território.

O BANCO DE DADOS DE ESPAÇO E AÇÕES CIDADÃS DO INCID CONTA COM UM TOTAL DE 16 PERFS PARA CADASTRAMENTO DE ESPAÇOS (ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, GRUPOS ETC) DA CIDADANIA ATIVA, NO QUAL TAMBÉM PODEM IDENTIFICAR O TEMA DE ATUAÇÃO POLÍTICA DE CADA ESPAÇO POSSIBILITANDO O CADASTRAMENTO DE MAIS DE UM TEMA POR ESPAÇO. NESSA FERRAMENTA, HÁ O TOTAL DE 30 BANDEIRAS DE LUTA POSSÍVEIS PARA O CADASTRAMENTO.

Itaboraí conta com uma grande diversidade de espaços de cidadania, destacando-se as associações de bairro e comunitária. Nesse contexto, a luta pelos direitos à saúde e educação mobiliza diversas ações de cidadania. Destacam-se ainda as lutas e espaços pelo direito à cultura no município.

O mais interessante em tudo isso é a diversidade de ideias que se completam em um mesmo ideal de igualdade social e direitos cívicos. Pois inicialmente esses grupos, mesmo tão próximos, pouco sabiam da existência das lutas militantes uns dos outros. A troca de experiências e a capacidade de mesclar ideias até formar ações cidadãs vêm sendo o grande diferencial da Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí.

O Mapa do Direito à Participação e Ação de Itaboraí conta com 57 espaços de atuações cidadãs, sendo que, destes, destacam-se as Associações (28), e destas, 22 correspondem à Associação de Moradores. Os Grupos Comunitários (6), ONG/OSCIO/OS (6), os Sindicatos (5), Espaços ou Grupos Culturais (3), Espaços ou Grupos Religiosos (2), Coletivos de Entidade (2), Partidos Políticos (2), Grupos Socioideológicos (1), Cooperativas (1) e Grupos Identitários (1) completam a composição do Mapa.

O objetivo desse Mapa é garantir a visibilidade das ações, das múltiplas vozes da cidadania ativa, para que contribua na promoção da transparência de informações sobre as lutas e a realidade do estado da cidadania do município. A ideia é que ele se torne um instrumento de luta construído, permanentemente, pela sociedade civil, visando, sobretudo, seu fortalecimento.

Nesse sentido, o Mapa de Direito à Participação e Ação de Itaboraí serve para pautar os diálogos com outros direitos que ganharam também, nesse material, outros Mapas da Cidadania correspondentes.

A participação da sociedade civil em lutas cuja bandeira é o Direito à Saúde pode ser revelada pelo número de grupos, organizações ou instituições ativas instalados em Itaboraí presentes no Banco de Dados de Espaços e Ações do Incid. São 10 espaços cadastrados que se mobilizam pela luta do Direito à Saúde em Itaboraí e outros 10 espaços de cidadania cadastrados que animam as lutas do Direito à Cultura no município.

## Referências

GRZYBOWKI, Cândido. Como radicalizar a democratização? <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1456>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf)

INCID. <http://incid.org.br/>

NEVES, Renata Feno; BRANDÃO, Rita. Banco de Dados Incid - uma ferramenta da cidadania ativa. 2013. III Seminário de Sociologia e Direito - A mobilização social e suas implicações na alteração do cenário nacional: (re)construção de paradigmas e fortalecimento da cidadania. Niterói:UFF, 2013.

SOUZA, Herbert de. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1994.

# 5

## OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE ITABORAÍ

Nos últimos meses, a Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí vem ampliando o número de participantes, inclusive com a participação de jovens estudantes. Esta ampliação, na avaliação da Rede de Cidadania, foi consequência da ampla divulgação das atividades/reuniões em especial sobre o processo de construção do Mapa do Direito à Cultura. Houve também uma nova mobilização de jovens trabalhadores do Comperj com intuito de divulgar o Dossiê A cidadania Invisível dos trabalhadores do Comperj.

Essa conformação mais recente vem dando uma nova cara e novos desejos pra Rede. Uma discussão sobre os direitos pra juventude do município tem sido apontada diante dos últimos acontecimentos: com o fracasso do Comperj há uma sensação generalizada de falta de perspectiva para os/as jovens. Quais as possibilidades de formação profissional? De emprego e renda? De lazer e cultura? Essas questões se agudizaram e são trazidas pelos/as jovens que agora fazem parte da Rede.



Diante disso, a construção do Mapa de Direitos da Juventude, voltado sobretudo pra um olhar das políticas públicas para esse segmento da população, é um anseio compartilhado pelos demais membros da Rede assim como a realização de um encontro da juventude de Itaboraí.

No que diz respeito ao Direito à Saúde, uma das metas da Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí foi a idealização de continuar a atualização do Mapa com o objetivo de evidenciar as endemias através de manchas. Um Mapa com manchas de alertas dos territórios suscetíveis às infestações de endemias seria um excelente instrumento para a gestão pública planejar sua atuação, possibilitando também a orientação dos municípios quanto às ações comunitárias.

A Rede também pretende construir um Mapa dos Direitos Ambientais com o objetivo de pontuar as áreas de desmatamento, de despejo irregular de lixo, extração de areia e dragagem de córregos - todos juntos conformando identificações de áreas de (in)segurança que afetam o meio ambiente. Pretende-se assim cruzar informações sobre áreas de riscos a vida e à saúde da população.





## ANEXOS 1 – Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração / Classificação
		Logradouro	Número	Bairro	
1	AMBULATORIO CENTRAL	AVENIDA VEREADOR HERMINIO	S/N	Centro	Municipal
2	AME ATENDIMENTO MEDICO EMERGENCIAL	RUA CLEA DO VALE	S/N	Itambi	Municipal
3	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL JOAO CAETANO	RUA DR MESQUITA	306	Centro	Municipal
4	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL PEDRA BONITA	RUA JOAO CAETANO	370	Centro	Municipal
5	DIVISAO DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL	RUA CEZAR XARA	666	Venda das Pedras	Municipal
6	FARMACIA BASICA	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
7	HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR	AV PREF ALVARO DE CARVALHO JUNIOR	S/N	Nancilandia	Municipal
8	POLICLINICA DE ESP MEDICAS JOSE DE OLIVEIRA FILOCO	ROD BR 493	S/N	Manilha	Municipal
9	POLICLINICA DE ESPECIALIDADES PREF FRANCISCO NUNES DA SILVA	AV PREF ALVARO DE CARVALHO JUNIOR	S/N	Nancilandia	Municipal
10	POSTO DE SAUDE SAMBAETIBA	RJ 116 KM 7 6 S/N SAMBAETIBA	S/N	Sambaetiba	Municipal
11	POSTO DE SAUDE VILA RICA	RUA 14	S/N	Vila Rica	Municipal
12	PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINACAO DE HANSE	AVN VEREADOR HERMINIO	S/N	Centro	Municipal
13	SAMU ITABORAI USA04	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
14	SAMU ITABORAI USB14	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE ITABORAI	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
16	CENTRAL DE REGULACAO	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
17	UNIDADE DE DE SAUDE DE FAMILIA DE QUISSAMA	RUA CESAR XARA S/N VENDA DAS PEDRAS	S/N	Venda das Pedras	Municipal
18	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA APOLO III	RUA 11	S/N	Apolo III	Municipal
19	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE HELIANOPOLIS	RUA 07	S/N	Helianopolis	Municipal
20	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE ITAMBI	RUA RUI BARBOSA	S/N	Itambi	Municipal
21	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE PICOS	ESTRADA DA POSSE	S/N	Picos	Municipal
22	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE RETA NOVA	RUA 09	S/N	Reta Nova	Municipal
23	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO SAPE	PRACA NUNES DUARTE	S/N	São José	Municipal
24	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA GEBARA	ESTRADA DO SAPE	S/N	Sape	Municipal
25	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA GRANDE RIO	RUA 27	S/N	Grande Rio	Municipal
26	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA GRANJA CABUCU	RUA MARIA MENDEL	S/N	Garnja Cabucu	Municipal
27	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA JOAQUIM OLIVEIRA	RUA 22	S/N	Joaquim de Oliveira	Municipal
28	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MONTE VERDE	RUA M	S/N	Monte Verde	Municipal
29	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA SANTO ANTONIO	RUA 29	S/N	Vila Gabriela II	Municipal
30	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA SAO JOAQUIM	RUA JOSE LEANDRO	S/N	São Joaquim	Municipal
31	UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA VALE DO SOL	AVENIDA 1	S/N	Vale do Sol	Municipal
32	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA DE AGRO BRASIL	RUA B	26	Agro Brasil	Municipal

## ANEXOS 1 - Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração / Classificação
		Logradouro	Número	Bairro	
33	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA DE ALDEIA DA PRATA	RUA 6	S/N	Aldeia da Prata	Municipal
34	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA DE AMPLIACAO	AV PAPA JOAO XXVIII	S/N	Ampliação	Municipal
35	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA DE AREAL	AV CARLOS LACERDA	101	Areal	Municipal
36	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA DE NOVA CIDADE	AVN AMERICO CARDOSO	S/N	Nova Cidade	Municipal
37	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA PLAN DE MARAMBAIA	RUA TOCANTINS	S/N	Marambaia	Municipal
38	UNIDADE DE SAUDE DE FAMILIA VILA BRASIL	RUA GOIAS	S/N	Vila Brasil	Municipal
39	UNIDADE MOVEI ODONTOLOGICA II	RUA DESEMBERGADOR FERREIRA PINTO	9	Centro	Municipal
40	UNIDADE MOVEI ODONTOLOGICA III	RUA SALVADOR DE MENDONCA	549	Centro	Municipal
41	UPA 24 H ITABORAI	RODOVIA BR 493	S/N	Monte Verde	Estadual
42	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Local não nomeado)	Rua Anchieta	S/N	Vila Itambi	Municipal
43	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (CIEP Brizolão 415 Miguel Cervantes)	Rodovia Manilha Magé - 493	Km 1	Manilha	Municipal
44	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Casa cedida)	Avenida 2	10	Monte Verde	Municipal
45	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Associação de Moradores do Bairro Cidade Gebara e Adjacências)	Avenida Virginia Paula dos Santos Alves	1712	Gebara	Municipal
46	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Anexo da Escola Municipal Afonso Sales)	Alameda 1	S/N	Aldeia do Prata	Municipal
47	Espaço cedido pela CEDAE (Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias)	Praça São Barnabé	S/N	Vila Itambi	Municipal
48	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Quadra Bafo do Búfalo)	Rua Valdir de Oliveira	2361	João Caetano	Municipal
49	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (CIEP Brizolão 424 Pedro Amorim)	Rua Manoel Morel Peçanha	s/n	Maravilha (Visconde de Itaboraí)	Municipal
50	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF de Porto das Caixas)	Rua Tenente Joaquim Rabelo de Matos (Roselo no google earth)	353	Porto das Caixas	Municipal
51	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Casa Alugada)	RUA 4	Quadra 8 Lote 2	Engenho Velho	Municipal
52	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (EMATER)	Av. 22 de maio	7557	Venda das Pedras	Municipal
53	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Quissamã)	Rua Cesar Xara	666	Vendas das Pedras	Municipal
54	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Espaço cedido - fundos da Igreja Pentecostal Mensageiro do Senhor)	Rua 26	Lote 13	Reta Nova	Municipal
55	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Joaquim de Oliveira)	RUA 22	S/N	Joaquim de Oliveira	Municipal
56	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Plan de Marambaia)	RUA TOCANTINS	Lote 04 Quadra 10	Marambaia	Municipal
57	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Casa cedida)	Rua Rio Grande do Sul	S/N	Vila Brasil	Municipal
58	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF) São Joaquim	RUA JOSE LEANDRO (fica na esquina das duas ruas)	380	São Joaquim	Municipal

## ANEXOS 1 – Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração / Classificação
		Logradouro	Número	Bairro	
59	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Escola Municipalizada Brizolao 452 Joaquim Pedro de Andrade)	Rua Adolfo Silva Batista	Quadra 18	Apolo II	Municipal
60	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Granja Cabuçu)	RUA MARIA MENDEL	S/N	Granja Cabuçu	Municipal
61	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Ampliação II)	Rua Miguel Ângelo Gimenez	Lote 06	Ampliação	Municipal
62	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Capela Católica)	Rua Alecrim Antunes	355	Nova Cidade	Municipal
63	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (INSS)	Rua Doutor Macedo	238	Centro	Municipal
64	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Casa Alugada)	Rua Ralph Ledsham	156	Santo Expedito	Municipal
65	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Igreja Batista em Campo Lindo)	Rua: Aníbal de Melo Pinto	14	Campo Limpo (no correio Areal)	Municipal
66	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (USF Areal)	Av Carlos Lacerda	101	Areal	Municipal
67	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Espaço cedido_ Oficina mecânica próximo ao Colégio CESP)	Rua Lidia de Araujo	241	Outeiro das Pedras	Municipal
94	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Local não nomeado)	Rua Vereador Antônio Cícero	s/n	Cabuçu	Municipal
95	Posto de atendimento dos agentes de combate de endemias (Local não nomeado)	Rua Miguel Silva	9	Rio Várzea	Municipal
68	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Agro Brasil			Área de transmissão de vetor
69	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Agro Brasil			Área de transmissão de vetor
70	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Agro Brasil			Área de transmissão de vetor
71	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Sambaetiba			Área de transmissão de vetor
72	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Sambaetiba			Área de transmissão de vetor
73	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Reta			Área de transmissão de vetor
74	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Reta			Área de transmissão de vetor
75	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Reta			Área de transmissão de vetor
76	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Porto das Caixas			Área de transmissão de vetor
77	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Porto das Caixas			Área de transmissão de vetor
78	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Porto das Caixas			Área de transmissão de vetor
79	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Nova Cidade			Área de transmissão de vetor
80	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Nova Cidade			Área de transmissão de vetor
81	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Nova Cidade			Área de transmissão de vetor
82	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Areal			Área de transmissão de vetor
83	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Areal			Área de transmissão de vetor
84	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Areal			Área de transmissão de vetor

## ANEXOS 1 – Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração / Classificação
		Logradouro	Número	Bairro	
85	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Caramujo)	Visconde			Área de transmissão de vetor
86	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Viconde			Área de transmissão de vetor
87	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Visconde			Área de transmissão de vetor
88	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Venda das Pedras			Área de transmissão de vetor
89	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Venda das Pedras			Área de transmissão de vetor
90	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Outeiro das Pedras			Área de transmissão de vetor
91	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Outeiro das Pedras			Área de transmissão de vetor
92	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Rato)	Centro			Área de transmissão de vetor
93	Áreas de transmissão e infestação de vetores (Mosquito)	Centro			Área de transmissão de vetor

Fontes: SUS / Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, 2015

**ANEXOS 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã**

Número no mapa	Nome	Endereço		
		Logradouro	Número	Bairro
1	CASA DOS CONSELHOS	Presidente Costa e Silva	10	Centro
2	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA MORADA DO SOL - AMMOSOL	Alameda do santíssimo	S/N	Morada do Sol
3	SOCIEDADE MUSICAL LIRA PORTUENSE SANTA CECÍLIA	Av. Nossa Senhora da Conceição	S/N	Porto das Caixas
4	MOVIMENTO POPULAR DA VILA ITAMBI		494	Vila Itambi
5	MOVIMENTO CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM E MONOPÓLIO DA RIO-ITA	Praça Marechal Floriano Peixoto	S/N	Centro
6	MOVIMENTO DAS FAMÍLIAS DA VILA PORTUENSE	Rua Vereador Arlindo Pinheiro	46	Porto das Caixas
7	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PORTO DAS CAIXAS - AMOPC	Avenida Nossa Senhora Conceição	S/N	Porto das Caixas
8	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITABORAÍ	Rua Agenor de Abreu	47	Centro
9	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E SOCIOAMBIENTAL DE ITABORAÍ	Rua Acúrcio Torres	54	Centro
10	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO JOAQUIM	Rua João Caetano com Angelo Buriche	S/N	São Joaquim
11	COMUNIDADE DOS ESTUDANTES E AMIGOS DE ITABORAÍ - CEAI		S/N	Centro
12	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL / ITABORAÍ	Rua Doutora Elvira Nunes Gonçalves	20	Centro
13	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE SAMBAETIBA	Avenida da Estação	S/N	Sambaetiba
14	ONG VIDA NOVA	Rua Prefeito Gilberto Antunes	S/N	Manilha
15	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGROPECUARISTAS DO ALTO DO JACÚ - AMAAJ	Rua 5	1	Alto do Jacú
16	ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS - AACEITA	Rua Elza Pantoja Barbosa	86	Nova Cidade
17	RECOOPERAR DE ITABORAÍ	Rua José Leandro	S/N	Retiro São Joaquim
19	ONG FAZENDO ACONTECER	Rua Raimundo de Farias	137	Centro
20	ONG AGORA É NOSSA VEZ	Estrada João Silva	Quadra 48 Lote 31	Não informado
21	ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE - AACS	Rua Felipe Pelegrino	Quadra 21 Lote 33	Nancilândia
22	SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - SEPE / NÚCLEO ITABORAÍ	Rua Presidente Costa e Silva	10	Centro
24	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALDEIA DA PRATA - AMAP	Avenida Olavo Bilac	S/N	Aldeia da Prata
25	SINDICATO RURAL DE ITABORAÍ	Praça Marechal Floriano Peixoto	263	Centro
26	ROTARY CLUBE DE ITABORAÍ	Rua Desembargador Ferreira Pinto	226	Centro
27	ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE ITABORAÍ	Centro, Itaboraí	S/N	Centro, Itaboraí
28	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DO LOTEAMENTO GRANDE RIO	Rua Sessenta	581	Grande Rio
30	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CIDADE GEBARA E ADJACÊNCIAS	Avenida Virginia Paulo dos Santos Alves	1712	Gebara
31	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DE MANILHA - AMAM	Rua F	50	Manilha
32	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE GRANJAS CABUÇU	Avenida Prefeito Milton Rodrigues da Rocha	S/N	Manilha
33	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE JARDIM IDALIA E ADJACÊNCIAS	Rua 4	Quadra 02 Lote 14	Marambaia
34	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE HELIANÓPOLIS E VILA GABRIELA	Rua 29	Quadra 27 Lote 760	Helianópolis
35	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM IMPERIAL	Rua Prefeito Alvaro de Carvalho Junior	Lote 354	Jardim Imperial
36	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE ITABORAÍ - FAMI	Rua Adalberto de Moraes	491	Outeiro das Pedras

**ANEXOS 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã**

Número no mapa	Nome	Endereço		
		Logradouro	Número	Bairro
38	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA AMPLIAÇÃO	Avenida Amélio Saraiva	Quadra 78 Lote 06	Ampliação
39	ONG VIVA RIO	Rua Pedro Ferreira Pinto	31	Reta Nova
41	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO OUTEIRO DAS PEDRAS	Rua Halth Ledsham	S/N	Outeiro das Pedras
43	SOCIEDADE DE AMIGOS DA CULTURA DE ITABORAÍ - SACI	Não Possui Sede	S/N	Centro
44	ASSOCIAÇÃO FOLIA DE REIS BANDEIRA ESTRELA MATUTINA	Não Possui Sede	S/N	Centro
45	ASSOCIAÇÃO DA MAIOR IDADE	Rua João Caetano	71	Centro
46	ASSOCIAÇÃO MARANATHÁ DE ITABORAÍ	Rua A	Quadra 01 Lote 21	Manilha
47	ONG NATAL LEGAL	Av. Amélia Saraiva	29	Centro
48	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO APOLO II	Rua 2	69	Apolo II
49	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VISCONDE DE ITABORAÍ	Rua Presidente Castelo Branco	S/N	Visconde
50	NÚCLEO DO FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES EM APOLO III	Centro, Itaboraí	S/N	Apolo III
51	INSTITUTO SOCIAL UM NOVO AMANHECER	Rua 8	S/N	Aldeia da Prata
52	ESPAÇO COMUNITÁRIO JUVENILHA ROCHA DE ALMEIDA	Rua da Conceição	600	
53	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DOS SEM TERRA	Não informado		
54	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO E DE OLARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Rua José Leandro	47	Centro
55	ASSOCIACAO DE MORADORES DE PACHECO	Rua da Cachoeira	121	Pachecos
56	PASTORAL DA CRIANÇA DE PORTO DAS CAIXAS	Centro, Itaboraí	S/N	Centro
57	FÓRUM DA AGENDA 21 DE ITABORAÍ	Não informado		
60	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS PESCADORES DE ITAMBI	Não informado		
61	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DE ITABORAÍ	Avenida 22 de Maio	7557	Centro
62	UNIÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ITABORAÍ	Não informado		
63	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA CIDADE	Rua Matias Fernandes	2346	Nova Cidade
64	ASSOCIAÇÃO MUSICAL NOVA CIDADE DE ITABORAÍ	Rua Alzira Antônio de Carvalho	312	Nova Cidade
64	SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITABORAÍ	Rua Felipe Pelegrino	Quadra 21, Lote 33	Nancilândia

Fontes: Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs, INCID, 2015.

## ANEXOS 3 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
1	1º Túnel Ferroviário do Brasil	Avenida Nossa Senhora da Conceição	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
2	Base Ferroviária	Rua Dona Moça	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
3	Beco do Rock	Travessa Espírito Santo	s/n	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
4	Biblioteca Municipal Joaquim Manoel de Macedo	Praça Marechal Floriano Peixoto	31	Centro	Equipamento cultural	Biblioteca
5	Busto de Joaquim Manoel de Macedo	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
6	Prédio da Câmara Municipal	Praça Marechal Floriano Peixoto	221	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
7	Campeonato Municipal de Futebol	Rua Doutor Mesquita	s/n (Alzirão)	Centro	Expressão cultural	Cultura e Esporte
8	Campo Portuense	Rua do Cemitério	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Cultura e Entretenimento
9	Capela Nossa Senhora Aparecida	Rua Projeto B	s/n	Areal	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
10	Capela Nossa Senhora Aparecida de Cabuçú	Estrada de Cabuçú	s/n	Cabuçú	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
11	Capela Nossa Senhora das Dores	Avenida Carlos Lacerda	s/n	Areal	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
12	Capela Nossa Senhora das Graças	Estrada Eugênio Costa	s/n (São Miguel)	Picos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
13	Capela Nossa Senhora do Desterro	Rua Drauzio Lemos	633	Visconde	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
14	Capela Santo Antônio	Rua Santo Antônio	s/n (Usina)	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
15	Casa de Seu Pulú	Rua Dona Moça	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
16	Casarão do Visconde de Itaboraí	Rua Armando Pimentel	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
17	Cemitério Indígena	Avenida Esperança	s/n	Visconde	Patrimônio cultural material	Sítio Arqueológico
18	Cemitério Municipal de Itaboraí	Rua Doutor Mesquita	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Cultura e Entretenimento
19	Cemitério Municipal de Vila Itambi	Praça de São Barnabé	s/n (Vila Itambi)	Itambi	Patrimônio cultural material	Cultura e Entretenimento
20	Cemitério Municipal Porto das Caixas	Rua do Cemitério	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Cultura e Entretenimento
21	Cerâmica Portuense	Rua Santo Antônio	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Outros Espaços
22	Coletivo Periféricos	Av. 22 de Maio	s/n (Praça do Outeiro)	Outeiro das Pedras	Expressão cultural	Outros Espaços
23	Convergência	Travessa Espírito Santo	s/n	Centro	Expressão cultural	Outros Espaços
24	Cruz das Almas	Rua Prefeito Alvaro de Carvalho Júnior	s/n	Nancilândia	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
25	Encontro de Motoqueiros	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Expressão cultural	Cultura e Entretenimento
26	Espaço Cultural Casa dos Artistas	Rua Coronel Leal	77	Centro	Patrimônio cultural material	Teatro
27	Estação Ferroviária de Venda das Pedras		s/n	Venda das Pedras	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
28	Estação Ferroviária de Visconde de Itaboraí		s/n	Visconde	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
29	Estádio Municipal Alziro de Almeida (Alzirão)	Rua Doutor Mesquita	s/n	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Esporte
30	Estrada Pé de Moleque	Rua Santo Antônio	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico

## ANEXOS 3 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
31	Exposição Permanente Ciep 424 Pedro Amorim	Rua Manoel M Peçanha	s/n	Visconde	Equipamento cultural	Feira/Exposição
32	Fazenda São Tomé	Estrada Itapacoara	s/n (Antiga fábrica de alambique)	Pachecos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
33	Feira do Livro	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Equipamento cultural	Feira/Exposição
34	Feira Nordestina		s/n	Centro	Patrimônio cultural imaterial	Feira/Exposição
35	Festa de Cavalgada de São Jorge	Rua Drauzio Lemos	s/n	Visconde	Patrimônio cultural imaterial	Festa Religiosa
36	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Av. Nossa Senhora da Conceição	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural imaterial	Festa Religiosa
37	Festa de São Barnabé	Praça de São Barnabé	s/n (Vila Itambi)	Itambi	Patrimônio cultural imaterial	Festa Religiosa
38	Festa de São João	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural imaterial	Festa Religiosa
39	Festa de São Pedro	Av. 22 de Maio	2280 (Igreja São Pedro)	Venda das Pedras	Patrimônio cultural imaterial	Festa Religiosa
40	Folia de Reis	Avenida Carlos Lacerda	13	Areal	Expressão cultural	Folia de Reis
41	Fonte Carioca	Av. Presidente Costa e Silva	s/n (Ao lado do Colégio Alberto Torres)	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
42	Fonte dos Bambus (1953)	Estrada de Pachecos	RJ 114 / 8 km	Pachecos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
43	Igreja Católica Brasileira	Rua Coronel João de Magalhães	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
44	Igreja Católica de São Barnabé	Praça de São Barnabé	s/n (Vila Itambi)	Itambi	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
45	Igreja Católica Nossa Senhora do Desterro	Rua Ernestino de Oliveira	s/n	Pachecos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
46	Igreja Católica Santo Antônio	Estrada de Pachecos	RJ 114/21 km	Pachecos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
47	Igreja Católica São José	Praça Nuno do Arte	s/n	São José de Itaboraí/Cabuçu	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
48	Igreja Católica São Judas Tadeu	Estrada de Pachecos	RJ 114 / 8 km	Pachecos	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
49	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Av. Nossa Senhora da Conceição	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
50	Igreja São João Batista	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
51	Igreja São Pedro	Av. 22 de Maio	2280	Venda das Pedras	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
52	Itaflores	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Expressão cultural	Outros Espaços
53	Monumento Nossa Senhora de Fátima	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
54	Parque Paleontológico São José de Itaboraí	Estrada Vereador Adilson Soares	s/n (Antiga estrada São José _ Cabuçu)	São José de Itaboraí	Patrimônio cultural material	Sítio Arqueológico
55	Portal da Fazenda da Cruz	Rua Armando Pimentel	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
56	Prédio Histórico da Prefeitura	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico



## ANEXOS 3 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
57	Prédio Histórico da Secretária de Educação	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
58	Rampa de Skate	Av. 22 de Maio	s/n (Praça do Outeiro)	Outeiro das Pedras	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
59	Roda Cultural do Outeiro	Av. 22 de Maio	s/n (Praça do Outeiro)	Outeiro das Pedras	Expressão cultural	Cultura e Entretenimento
60	Roteiro de Darwin	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Outros Espaços
61	Ruínas do Convento São Boaventura (1660)	Estrada Santo Antônio de Sá	s/n (Fazenda Macacu)	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
62	Santuário do Jesus Crucificado	Avenida Nossa Senhora da Conceição	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
63	Senzala (Monte de Oração)		s/n	Nova Cidade	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
64	Sociedade Musical Lira Portuense Santa Cecília	Av. Nossa Senhora da Conceição	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Música
65	Tábua os Dez Mandamentos	Praça Marechal Floriano Peixoto	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
66	Teatro Municipal João Caetano	Praça Marechal Floriano Peixoto	200	Centro	Equipamento cultural	Teatro
67	Torre da Cerâmica		s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Teatro
68	Três Pontes Ferroviárias		s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
69	Tumba do Sociólogo Alberto Torres	Rua do Cemitério	s/n	Porto das Caixas	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico

Fonte: Grupos de Diálogos, Rede de Cidadania Ativa de Itaboraí, 2015.



REALIZAÇÃO

**ibase.**  
Instituto Brasileiro de  
Análises Sociais e Econômicas

PARCERIA

**BR** PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA